



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI-001741/2026

ITEM	ÍNDICE CONTEÚDO	PÁGINA
01	PREAMBULO	02
02	OBJETO	02
03	PRAZO	02
04	PREÇO ESTIMADO	03
05	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	03
06	DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS	03
07	CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO	03
08	PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)	05
09	VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME	05
10	APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES	06
11	ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	09
12	ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS	09
13	FORMULAÇÃO DE LANCES	09
14	CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS	11
15	NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS	12
16	CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	13
17	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	14
18	RECURSOS	19
19	ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	20
20	NOTA DE EMPENHO	20
21	SUBCONTRATAÇÃO	21
22	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	21
23	REAJUSTAMENTO DE PREÇOS	22
24	FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL	22
25	EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO	25
26	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	25
27	GARANTIA CONTRATUAL	26
28	ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	27
29	CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)	28
30	IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO	28
31	DISPOSIÇÕES FINAIS	29
32	DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO	30
33	FORO	30
ANEXOS		
I	TERMO DE REFERÊNCIA	31
I - A	PLANTA DO LOCAL DO EVENTO	60
I - B	MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA-FACULTATIVA	61
I - C	DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO TÉCNICO E OPERACIONAL DAS NORMAS APLICÁVEIS À REALIZAÇÃO DE RODEIO PROFISSIONAL	62
II	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	63
III	MINUTA CONTRATUAL	70

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

1. PREAMBULO

1.1. **O Município de Macaé**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, adjudicação **GLOBAL**, sob o regime de **EXECUÇÃO INDIRETA** de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 4.960/2022, Decreto Municipal nº 026/2023 e 032/2026 e suas alterações posteriores.

1.2. Data da sessão: 21/05/2026

1.3. Horário: 09:00 horas (Horário de Brasília)

1.4. Local: Portal do Município de Macaé:
<https://sistemas.macaé.rj.gov.br:840/transparencia/contratacoes/licitacoespesquisa> ou Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.compras.gov.br>

1.5. UASG: **985847**

2. OBJETO

2.1. O objeto desta licitação trata-se da Contratação de empresa especializada em organização e realização de competição de rodeio na categoria profissional de âmbito nacional e ou internacional, incluindo o fornecimento de estruturas e equipamentos no período de 05 (cinco) dias consecutivos para a 42ª EXPO MACAÉ, conforme condições, quantidades e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I deste edital.

2.2. No caso de divergência entre a especificação contida neste edital e no Sistema Compras.gov.br SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

3. PRAZO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. O evento de rodeio em si, com todas as suas provas e atrações, será executado nos dias 25 a 29 de julho de 2026, com duração mínima de 04 (quatro) horas, deverá ainda a contratada apresentar cronograma de todas as atividades que serão realizadas em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

3.3. Os serviços relativos aos procedimentos de montagem e da estrutura física (incluindo a disponibilização de toda a infraestrutura) para a realização do rodeio deverão ser iniciadas a partir da assinatura do contrato.

3.4. Toda a infraestrutura deverá estar montada, disponível e aprovada pelos órgãos competentes, impreterivelmente, até às 15h do dia imediatamente anterior ao início do evento; e sua completa desmontagem e retirada do local deverá ocorrer até as 18h do décimo quinto dia seguinte ao final do evento, sob pena de sanção administrativa.

3.5. Os serviços, objeto deste termo, serão executados Parque de Exposições Latiff Mussi, localizado na RJ-106, S/N - São José do Barreto, Macaé - RJ, CEP: 27910-000, sendo acompanhados pelos servidores responsáveis pela fiscalização da contratação.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

4. PREÇO ESTIMADO

4.1. O preço total estimado da presente licitação é R\$ 681.912,83 (seiscentos e oitenta e um mil novecentos e doze reais e oitenta e três centavos), conforme MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO II deste Edital.

4.2. O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando o Município de Macaé a utilizá-lo integralmente.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas oriundas deste Edital correrão por conta dos recursos orçamentários, conforme abaixo:

5.1.1. Programa de Trabalho: 206060039.1.108

5.1.2. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00

5.1.3. Número Reduzido: 1465

5.1.4. Fonte: 704

6. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

6.1. As propostas devem indicar o preço líquido unitário, em moeda nacional. No referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta do licitante vencedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste pregão **quaisquer** empresas que:

7.1.1. Estejam previamente credenciadas no sistema eletrônico, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br;

7.1.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, bem como deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do Sistema Comprasnet SIASG para sua correta utilização;

7.1.2. Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente ao objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo contrato social;

7.1.3. Declarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que possuem os documentos necessários de habilitação previstos neste edital, sendo que a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta comercial sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

7.2. No momento de inserção da proposta no Sistema Comprasnet SIASG, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

7.3. O licitante que se enquadrar como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual (MEI) deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

7.4. O licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

7.4.1. Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

7.5. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

7.5.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

7.5.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

7.5.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

7.5.4. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

7.5.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

7.5.6. Será exigido do consórcio acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, quando for o caso.

7.5.6.1. O acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

7.5.7. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 7.5.1 deste Edital.

7.5.8. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

7.6. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:

7.6.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690/2012, e a Lei Complementar nº 130/2009;

7.6.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

7.6.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

7.6.4. O objeto de a licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

8. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

8.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração do **Município de Macaé**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.3. A falta de regularização da documentação no prazo previsto neste edital implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

9. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

9.1. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas:

9.1.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

9.1.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

9.1.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

9.1.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

9.1.3.1. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

9.1.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

9.1.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.1.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

9.1.7. Sociedades empresárias que estiverem em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial;

9.1.7.1. Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

9.1.8. Que tenham entre seus sócios o Prefeito, seus auxiliares diretos, Vice-Prefeito ou Vereadores, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, subsistindo a proibição até 06 (seis) meses após findas as respectivas funções, nos termos do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

9.1.9. Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

10. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS PELOS LICITANTES

10.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.1.1. A etapa de que trata o **item 10.1** será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.2. O envio da proposta, nos termos do disposto no **item 10.1**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

10.3. No momento de inserção da proposta, a licitante deverá registrar correlatamente as seguintes situações:

10.3.1.1. Manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

10.3.1.2. Declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências desse Edital e do Termo de Referência;

10.3.1.3. Declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

10.3.1.4. Declarar em campo próprio do sistema eletrônico, caso esteja enquadrada na condição de microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP), que ostenta os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

10.3.1.5. Declara, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.3.1.6. Declara, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

10.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas no edital.

10.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.6. Na etapa de apresentação da proposta, observado o disposto no **item 10.1**, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o **item 15 do edital**.

10.7. A proposta deverá ser inserida no Sistema Comprasnet SIASG no momento do registro dos valores, no campo próprio, e a licitante deverá consignar de forma expressa:

10.7.1. Que compreende a descrição dos produtos ofertados, os preços unitários e totais dos itens para os quais pretende oferecer proposta, de acordo com o termo de referência – **anexo I** deste edital;

10.7.2. Que a proposta formulada está compatível com o edital e seus anexos;

10.7.3. O prazo de execução dos serviços, contados do recebimento da solicitação do Município de Macaé;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

10.7.4. O prazo de validade da proposta comercial, que será de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.

10.8. Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse do Município de Macaé, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10.9. A licitante que apresentar proposta incompatível com as especificações editalícias será desclassificada e não participará da etapa de lances.

10.10. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes da etapa de lances, importa a desclassificação de sua proposta.

10.11. Garantia da Proposta

10.11.1. Prestação de garantia no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para execução dos serviços, art. 58, da lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1.º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

10.11.1.1. Caução em dinheiro;

10.11.1.2. Seguro- garantia;

10.11.1.3. Fiança bancária;

10.11.1.4. Título de capitalização.

10.11.2. O comprovante do recolhimento da garantia deve ser emitido até o horário final para cadastramento de sua proposta no sistema compras.gov.br.

10.11.3. O comprovante do recolhimento da garantia será encaminhado via sistema após fase de lances, considerando que o sistema compras.gov.br não realiza upload de arquivos antes da referida fase, mediante a solicitação do Pregoeiro.

10.11.4. O não envio da garantia será motivo de desclassificação da proposta.

10.11.5. A elaboração do referido documento após o horário de abertura da sessão será motivo de desclassificação.

10.11.6. A Garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão.

10.11.7. O Pregoeiro da presente licitação não se responsabilizará por informações prestadas erroneamente pelas licitantes, assim como solicitações realizadas fora do prazo ou sem tempo hábil para análise e produção dos documentos necessários.

10.11.8. A Garantia que trata o item 10.1.1 será devolvida aos licitantes do prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

11. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A abertura da sessão pública deste PREGÃO ELETRÔNICO, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste edital, no endereço eletrônico <https://sistemas.macaee.rj.gov.br:840/transparencia/contratacoes/licitacoespesquisa> ou <https://www.compras.gov.br>

11.2. A comunicação entre o pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).

11.3. Cabe à licitante acompanhar as operações e convocações durante a sessão pública até o encerramento definitivo no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

12. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

12.1. Como critério para a análise da conformidade das propostas serão observados os requisitos do termo de referência – **anexo I** e do modelo de proposta de preços – **anexo II** deste edital.

12.1.1. É exigido dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, mediante preenchimento em campo próprio do sistema ou, na sua falta, na forma do **anexo II** deste edital.

12.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

12.3. Somente as licitantes com propostas aceitas participarão da fase de lances.

12.4. Como critério de julgamento das propostas, será adotado o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

12.5. Como critério de aceitabilidade de preços das propostas serão adotados os preços unitários estimados, ou seja, após a fase de lances não serão aceitas propostas cujo(s) preço(s) unitário(s) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) no termo de referência – **anexo I** deste edital.

13. FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para os itens que pretende participar, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

13.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

13.3. A licitante somente poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

13.3.1.A licitante poderá, ainda, apresentar lances iguais ou superiores ao lance melhor classificado, desde que inferiores ao último lance dado pela própria licitante.

13.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta obedecerá ao(s) subitem(ns) a seguir:

13.4.1. Para os itens do termo de referência, o intervalo mínimo de diferença de valores entre lances será de R\$ 0,01 (um centavo de real).

13.5. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

13.6. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

13.7. Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexecutável.

13.7.1. Considerar-se-á inexecutável na fase de lances os valores aparentemente irrisórios ou com erros de digitação.

13.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

13.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

13.9.1.A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13.9.2.A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata os itens 13.9 e 13.9.1, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

13.9.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 13.9 e 13.9.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

13.9.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), será admitido o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

13.9.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto nos itens 13.9 e 13.9.1, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

14. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

14.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior ao preço da melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

14.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste pregão;

14.1.2. Não tendo apresentado oferta inferior ao menor valor da etapa de lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se encontrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.1.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada se, após negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado para a contratação e a licitante for considerada habilitada.

14.2. Serão desclassificadas as propostas que:

14.2.1. Contiverem vícios insanáveis;

14.2.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

14.2.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

14.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;

14.2.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

14.3. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

14.4. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

14.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.5.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

14.5.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

14.5.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

14.5.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

14.6. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.6.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

14.6.2. Empresas brasileiras;

14.6.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.6.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.7. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o art. 60 da Lei nº 14.133/2021, proceder-se-á sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

15. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1. Após o encerramento da etapa de lances, concedido o benefício às microempresas e empresas de pequeno porte, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

15.2. A negociação será realizada por meio do sistema Comprasnet SIASG, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

15.3. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço com o valor estimado para a contratação.

15.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

15.5. O pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de funcionários pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Macaé para orientar sua decisão.

15.6. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

15.7. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

15.8. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, a licitante será considerada classificada.

15.9. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

15.10. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

15.11. A negociação será conduzida pelo pregoeiro, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

16. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

16.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura participação, mediante consulta ao:

16.1.1. Sicaf (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>), a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 14, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021;

16.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

16.1.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

16.1.4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

16.2. Efetuada a verificação referente ao item acima, a habilitação das licitantes será consultada por meio do SICAF, com base nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação especificada neste edital.

16.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e o envio da proposta, quando solicitado, deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável uma única vez por igual período, desde que solicitado pelo licitante, contado da convocação efetuada no sistema.

16.4. Excepcionalmente, quando necessário à confirmação da veracidade dos documentos enviados eletronicamente, o pregoeiro poderá solicitar o encaminhamento dos documentos em original ou cópia autenticada, a serem enviados pelo licitante no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da solicitação, aos cuidados da Coordenadoria Geral de Licitações, informando o número do pregão; O endereço para envio da documentação é: Avenida Presidente Sodré, 534, Térreo, Centro, Macaé - RJ, CEP: 27913-080.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

16.5. A documentação deverá ter validade na data estabelecida no preâmbulo deste edital para a abertura da sessão. As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios ou, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

17. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

17.1. A documentação relativa à **capacidade jurídica** consistirá em:

17.1.1. Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física, acompanhado do número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou documento que comprove tal condição;

17.1.2. Registro comercial, no caso de licitante empresário individual;

17.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, devidamente registrado, no caso de licitante sociedade empresária e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

17.1.4. Inscrição do ato constitutivo no caso de licitante sociedade civil, acompanhado de prova de registro de ata de eleição da diretoria em exercício;

17.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.1.6. No caso de participação de profissionais organizados em cooperativa, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

17.1.6.1. Ata de fundação, com o uso obrigatório da expressão "Cooperativa de Trabalho" na denominação social da cooperativa;

17.1.6.2. Estatuto (com ata da assembleia de aprovação);

17.1.6.3. Regimento interno (com ata da aprovação);

17.1.6.4. Regimento dos fundos (com ata de aprovação);

17.1.6.5. Edital de convocação de assembleia geral e ata em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros;

17.1.6.6. Registro da presença dos cooperados em assembleias gerais;

17.1.6.7. Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto deste certame, se vencedora;

17.1.6.8. Relação dos cooperados que executarão o objeto, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa;

17.1.6.9. Ata da sessão em que os cooperados elegeram comissão ou cooperado para realizar a coordenação da prestação de serviços realizada fora do estabelecimento da cooperativa, com mandato nunca superior a 1 (um) ano ou, no máximo, com prazo estipulado para a contratação, com a definição dos requisitos para a sua consecução, os valores contratados e a retribuição pecuniária de cada sócio partícipe.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

17.1.6.10. Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

17.1.6.10.1. Fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou

17.1.6.10.2. Cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

17.1.6.11. Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não cumprirem o disposto no item 16 deste Edital.

17.1.6.12. A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto neste Edital acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e administrativas cabíveis.

17.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consistirá em:

17.2.1. Qualificação técnico-operacional:

17.2.1.1. Certidões ou atestados, expedidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem o fornecimento de objeto similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

17.2.1.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

17.2.1.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

17.2.1.1.3. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios de avaliação previstos no artigo 67, §10, I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2.2. Qualificação técnico-profissional:

17.2.2.1. Apresentar declaração informando quem serão o(s) Responsável(is) Técnico(s) indicados referente à respectiva área licitada e comprovante de inscrição destes nas respectivas entidades profissionais: inscrição do veterinário no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV e engenheiro(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, na especialidade de Engenharia Civil.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

17.2.2.2. A comprovação de vínculo profissional, que se referem o subitem acima, pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou qualquer meio apto a comprovar que, quando da contratação, a empresa licitante possuirá equipe técnica qualificada e disponível para execução do objeto licitatório, a exemplo de apresentação de declaração de compromisso de disponibilidade, conforme Súmula 10/2022 do TCE/RJ, sendo possível a contratação de profissionais autônomos que preencham os requisitos e se responsabilizem tecnicamente dos serviços.

17.2.3. Registro da empresa perante o Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV.

17.2.4. Anotação de Responsabilidade técnica emitida pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando a inscrição do veterinário e engenheiro civil responsável pela empresa licitante.

17.2.4.1. O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, pra fins deste Edital: o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; o profissional autônomo mediante contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

17.2.4.2. A comprovação de vínculo profissional, que e referem o subitem acima, pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou qualquer meio apto a comprovar que, quando da contratação, a empresa licitante possuirá equipe técnica qualificada e disponível pra execução do objeto licitatório, a exemplo de apresentação de declaração de compromisso de disponibilidade, conforme súmula 10/2022 do TCE/RJ sendo possível a contratação de profissionais autônomos que preencham os requisitos e se responsabilizem tecnicamente dos serviços.

17.2.5. A empresa licitante deverá apresentar no momento da habilitação, cópia do registro profissional válido (carteira de blaster pirotécnico) de 01 (um) blaster envolvido na execução dos serviços, bem como certificado de curso de brigada de incêndio do profissional.

17.2.6. Certidão Negativa do CRMV – Conselho Regional de Medicina Veterinária em nome da Empresa licitante ou de seu responsável.

17.2.7. Registro no Ministério do Turismo através de apresentação do CADASTUR, nos termos da Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008), do decreto federal 7.381/2010 e Portaria nº 130, de 28 de julho de 2011 do Mtur (Organização de eventos e Prestador de infraestrutura).

17.2.8. Declaração formal da licitante de que possui conhecimento técnico e operacional acerca dos procedimentos necessários à realização de rodeio profissional, conforme anexo ANEXO I – C, incluindo normas aplicáveis às provas e modalidades do evento, segurança dos competidores, trabalhadores e público presente, bem-estar animal e demais exigências previstas na legislação vigente, especialmente nas Leis Federais nº 10.220/2001 e nº 10.519/2002, conforme modelo constante em anexo ao Edital,

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

17.2.9. Atestado de visita do local onde será executado o serviço, conforme ANEXO I - B expedido pela Secretaria Municipal de Agroecologia. O dia e horário da visita deverá ser agendado com a Secretaria Municipal de Agroecologia, de segunda-feira a sexta-feira no horário de 09:00h às 17:00h através do Tel: (22) 2759-5309 ou por endereço eletrônico e-mail: agroecologia@macae.rj.gov.br com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data de realização da licitação. A última visita ocorrerá até o último dia útil anterior a data de realização do certame e poderá ser realizada por qualquer profissional devidamente habilitado da empresa licitante. O local de encontro para o representante da licitante será definido no momento do agendamento da visita técnica, de onde seguirá juntamente com o representante designado pela Secretaria Municipal de Agroecologia até o local de execução dos serviços.

17.2.9.1. Caso a empresa opte por não realizar a visita, não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avenças técnicas ou financeiras que venha a onerar o Município de Macaé.

17.2.9.2. Não será permitida a reunião de vários licitantes numa mesma data e horário, para evitar o conhecimento prévio acerca do universo de licitantes;

17.3. A documentação relativa à **qualificação econômica-financeira** consistirá em:

17.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, acompanhados da cópia do Termo de Abertura e Encerramento do livro em que se acha transcrito, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

17.3.1.1. O Balanço a que se refere o subitem anterior deverá vir acompanhado de quadro demonstrativo assinado pelo representante legal da licitante e por contador e/ou técnico em contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante(AC), do realizável a longo prazo(RLP), do passivo circulante(PC) e do passivo não circulante(PNC), de modo a possibilitar a avaliação da situação financeira da proponente, calculada a partir da aplicação das seguintes fórmulas:

a) Índices de Liquidez Geral

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$$

b) Índices de Liquidez Corrente

$$ILC = AC / PC$$

c) Solvência Geral

$$SG = AT / (PC + PNC)$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

PNC = Passivo Não Circulante

17.3.1.2. Serão inabilitadas as licitantes cujos índices apurados não atenderem às seguintes condições:

17.3.1.2.1. Índice de Liquidez Geral $\geq 1,00$

17.3.1.2.2. Índice de Liquidez Corrente $\geq 1,00$

17.3.1.2.3. Solvência Geral $\geq 1,00$

17.3.2. Comprovação de possuir a empresa licitante, o Capital Social Mínimo de **10%** (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, determinada no preâmbulo deste Edital, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, de acordo com as disposições previstas no artigo 69, § 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.4. A documentação relativa à **regularidade fiscal, social e trabalhista** consistirá em:

17.4.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

17.4.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.4.3. **Prova de regularidade com a Fazenda Federal**, consistente na apresentação da certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa relativa a tributos e **contribuições federais, dívida ativa da União e regularidade com os encargos sociais instituídos por lei, na forma da legislação específica;**

17.4.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, **inclusive Dívida Ativa**, relativos aos tributos de ICMS, da sede do licitante;

17.4.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante.

17.4.5.1. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal deverá constar regularidade com ISS e Taxas.

17.4.5.2. Para as empresas com sede no Município de Macaé, a regularidade com a Fazenda Municipal será realizada através da apresentação das Certidões de Tributos Mobiliária (ISS e Taxas).

17.4.6. Prova de Regularidade (CRF) com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, na forma da legislação específica;

17.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT, na forma da legislação específica.

17.5. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

17.6. Quanto à forma de apresentação dos documentos de habilitação, exigir-se-á o seguinte:

17.6.1. Se a licitante for matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

17.6.2. Se a licitante for filial, podem ser apresentados documentos que, comprovadamente e pela sua própria natureza, sejam emitidos em nome da matriz;

17.6.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

17.6.3.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

17.6.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

17.6.4. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.7. Será(ão) inabilitada(s) a(s) licitante(s) que deixar(em) de apresentar qualquer documento relativo à habilitação ou apresentá-lo com prazo de validade vencido.

17.8. Fica facultada à Administração, consultar os sites para certificar a autenticidade dos documentos emitidos/apresentados.

17.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficarão autorizadas a substituir, quando exigidos, os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

18. RECURSOS

18.1. Dos atos de julgamento das propostas, de habilitação ou de inabilitação e de anulação ou de revogação da licitação, caberá recurso, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2. A intenção de recorrer dos atos de julgamento deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

18.2.1. Será concedido prazo de 10 (dez) minutos, para que os licitantes manifestem sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, nos termos do artigo 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2.2. Nos casos de anulação ou de revogação da licitação, o termo inicial para a contagem do prazo recursal é a data da publicação da decisão no Diário Oficial do Município.

18.3. A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

18.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação ao Ordenador de Despesas do órgão gestor da contratação, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

18.6. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de divulgação da interposição do recurso.

18.7. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.8. Os itens para os quais não for interposto recurso poderão ser desde logo adjudicados.

19. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. Declarada a vencedora (s) do certame, o resultado da licitação será submetido à **autoridade competente do Município de Macaé** (ordenador de despesas) para o procedimento de adjudicação e homologação da licitação.

20. NOTA DE EMPENHO

20.1. Após a adjudicação e homologação da licitação, será emitido a Nota de Empenho no exercício do ano corrente.

20.2. Em havendo documentação vencida, o **Município de Macaé** notificará a empresa vencedora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação, apresente a documentação atualizada.

20.3. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. O licitante vencedor terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para assinatura da Nota de Empenho e/ou Contrato, a contar de sua convocação.

20.4. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão gestor da contratação.

20.5. Caso o licitante não assine o termo de contrato ou não aceite ou não retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

20.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

20.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 20.3 do Edital, a Administração, observado o valor estimado, poderá:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

20.7.1. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

20.7.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

20.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, se exigida, em favor do órgão ou entidade licitante, salvo na hipótese do subitem 20.6 deste Edital.

20.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos subitens 20.3 e seguinte deste Edital.

21. SUBCONTRATAÇÃO

21.1. É admitida a subcontratação parcial, no limite de até 49% (quarenta e nove por cento) do valor contratado e desde que prevista no Termo de Referência e ratificado pelo Ordenador de Despesas.

21.2. A subcontratação não altera a responsabilidade da contratada, que continuará íntegra perante o Município de Macaé.

21.3. As subcontratações porventura realizadas serão integralmente custeadas pela contratada.

21.4. A subcontratação ficará condicionada, em qualquer caso, à obrigação da contratada quanto à documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

21.5. Não será permitida a subcontratação de itens referentes a parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

21.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1. Os pagamentos serão efetuados pelo **Município de Macaé**, em moeda corrente nacional, **em 30 dias**, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços, na forma do item 25.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

22.2. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações, à exceção do disposto no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo tolerar possíveis atrasos de pagamento.

22.3. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado pro rata die entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

22.4. A contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

23. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

23.1. Os contratos que vierem a ser pactuados em decorrência desta licitação serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado (data-base 02/2026), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

23.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

23.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

23.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

23.5. Nos termos do artigo 70 do Decreto Municipal nº 026/2023, serão objeto de preclusão:

23.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato; e

23.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

24. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

24.1. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes da Administração especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 4.960/2022.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

24.2. São atribuições do Gestor de Contratos:

24.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;

24.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

24.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

24.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;

24.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;

24.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

24.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;

24.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;

24.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

24.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;

24.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;

24.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

24.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

24.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:

24.3.1. Acompanhar os prazos de execução de serviços, diligenciando com a empresa contratada, se necessário;

24.3.2. Receber, provisória e definitivamente, serviços, mediante termo detalhado;

24.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal do contratado;

24.3.4. Devolver à contratada as notas fiscais em desconformidade com o contrato;

24.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

24.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;

24.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

24.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;

24.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

24.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização de serviços;

24.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, ~~serviços ou obras~~;

24.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;

24.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

24.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

24.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

24.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução dos serviços;

24.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;

24.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;

24.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos serviços;

24.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à contratada;

24.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da contratada previstas no termo de referência e no contrato;

24.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

25. EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

25.1. Executados os serviços e apresentada a Nota Fiscal, a Fiscalização emitirá Termo de Recebimento Provisório para que, no prazo máximo de até 01 (um) dia efetue a conferência em consonância ao instrumento convocatório, a nota de empenho de despesa, autorização de compra ou a ordem de execução de serviços e, verificada a regularidade do serviço, no prazo referido, emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

25.2. Constatado qualquer defeito ou irregularidade nos serviços, a Fiscalização comunicará ao Prestador de Serviços, por escrito, para que no prazo máximo de 01 (um) dias efetue a troca, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

25.3. Após a troca, e verificada a conformidade dos serviços na forma do item 25.1, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Definitivo do Serviço.

25.4. O pagamento somente poderá ser efetuado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e após atestada a 1ª via da Nota Fiscal por dois servidores com assinatura sobre carimbo e visada pelo titular do Setor Interessado.

25.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, correspondente a 0,1% (um décimo por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, após o qual poderá a Administração optar pela rescisão unilateral.

26. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

26.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

26.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

26.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

26.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

26.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

26.1.6. Não celebrar o contrato / instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

26.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

26.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

26.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

26.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

- 26.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 26.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 26.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- 26.2.1. Advertência;
- 26.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;
- 26.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- 26.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 26.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022 e decreto Municipal 032/2026.
- 26.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 26.5. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).
- 26.6. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.
- 26.7. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

27. GARANTIA CONTRATUAL

- 27.1. Fica a Contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, com cópia à Coordenadoria Geral de Contratos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização.
- 27.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Macaé, cuja a guia de depósito deve ser solicitada através do e-mail cofic.baixareceita@macae.rj.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

27.3. No caso da opção do contratado pela modalidade seguro garantia, o prazo para a sua apresentação será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme previsto no §3º do artigo 96 da Lei Federal 14.133/21

27.3.1. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

27.3.2. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

27.4. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transportes, vales-refeições e verbas rescisórias, prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada e prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

27.5. A contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão;

27.6. No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a garantia;

27.7. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a Contratada reforçará a garantia, conforme o caso;

27.8. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias;

27.9. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização;

27.10. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);

27.11. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

28. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

28.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, devendo em ambos os casos a decisão estar devidamente fundamentada no processo.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

29. CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

29.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

29.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

29.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

29.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o contratante, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da contratada, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

29.5. A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

30. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

30.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

30.2. As impugnações e solicitações de esclarecimentos deverão ser enviadas ao pregoeiro através de qualquer dos seguintes meios:

30.2.1. Eletrônico, no endereço: pregao@macae.rj.gov.br, até às 17h de 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública; ou

30.2.2. Escrito através do Protocolo Geral, ao Pregoeiro, no endereço Avenida Presidente Sodré, 534, Térreo, Centro, Macaé - RJ, CEP: 27913-080, das 09h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, até às 17h de 3 (três) dias úteis anteriores   data fixada neste edital para recebimento das propostas.

30.3. As licitantes poderão obter informações e esclarecimentos sobre a licitação mediante contato telef nico, números (22) 2791-9008, ramal 1017.

30.4. Caberá ao Pregoeiro responder às impugnações e os pedidos de esclarecimentos interpostos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

30.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos endereços eletrônicos
<https://sistemas.maca.ej.gov.br:840/transparencia/contratacoes/licitacoespesquisa> e
<https://www.compras.gov.br>

30.6. A cada esclarecimento, impugnação e/ou manifestação por escrito do Pregoeiro e Equipe de Apoio será atribuído um número sequencial, a partir do número 01 (um), incorporando-se ao processo administrativo.

31. DISPOSIÇÕES FINAIS

31.1. Será admitida a assinatura digital nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante uso de certificado digital ICP-Brasil.

31.2. Será admitida a assinatura eletrônica nos atos e documentos nas licitações, contratos e instrumentos congêneres, mediante login e senha de acesso do usuário, em sistema oficial de gestão de documentos e processos eletrônicos.

31.3. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

31.4. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão poderá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

31.5. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público fundado em fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame, se constatado vício no seu processamento.

31.6. Os dispositivos que se referem à microempresa aplicam-se, extensivamente, ao Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do §2º, art. 18E, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

31.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

31.8. O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através dos endereços eletrônicos
<https://sistemas.maca.ej.gov.br:840/transparencia/contratacoes/licitacoespesquisa> ou
<https://www.compras.gov.br>.

31.9. A apresentação da proposta vincula automaticamente a licitante aos termos do presente Edital, seus anexos, assim como da legislação de regência sobre a matéria.

31.10. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Município, juntamente com seu extrato no Diário Oficial do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

31.11. A sessão de pregão eletrônico será transmitida pela internet, permitindo o acompanhamento por qualquer interessado junto ao Portal da Transparência do Município.

31.12. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste instrumento serão decididos pela Administração, segundo as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Municipal nº 4.960/2022, no Decreto Municipal nº 026/2023 e suas alterações posteriores, e demais regulamentos e normas administrativas que passam a fazer parte deste Edital, independente de transcrições.

31.13. Para a execução do objeto deste Edital, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

31.14. O licitante tem conhecimento do código de ética e integridade da Secretaria Executiva de Licitações, Contratos e Parcerias, constante no link <https://www.macaé.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1731562528.pdf>.

32. DOCUMENTAÇÃO FORNECIDA EM ANEXO

32.1. A documentação a seguir, faz parte integrante deste Edital.

- ANEXO I – Termo de Referência
- ANEXO I – A – Planta do Local do Evento
- ANEXO I – B – Modelo de Declaração de Visita Técnica-Facultativa
- ANEXO I – C – Declaração de Conhecimento Técnico e Operacional das Normas Aplicáveis à Realização de Rodeio Profissional
- ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços
- ANEXO III – Minuta Contratual

33. FORO

33.1. Fica eleito o Foro da Comarca da cidade de Macaé/RJ, por mais privilegiado que outro seja para serem dirimidas eventuais dúvidas decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa.

Macaé, 05 de maio de 2026.

CLEBER NUNES RIBEIRO FILHO
COORDENADORIA GERAL DE LICITAÇÕES - P.M.M.
MATRÍCULA Nº 42.781 – PORTARIA SELCPAR Nº 004/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em organização e realização de competição de rodeio na categoria profissional de âmbito nacional e ou internacional, incluindo o fornecimento de estruturas e equipamentos no período de 05 (cinco) dias consecutivos para a 42ª EXPO MACAÉ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em consonância ao disposto no Edital.

1.2. Os serviços que se pretende contratar são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. Os quantitativos a serem contratados se encontram detalhados no item 09 deste Termo de Referência.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua assinatura.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 O Município de Macaé realiza anualmente a Exposição Agropecuária, evento consolidado como um dos principais acontecimentos culturais, turísticos e econômicos do calendário municipal, voltado à valorização do agronegócio, da cultura rural e do lazer da população.

2.2 O rodeio profissional constitui uma das atrações centrais do evento, possuindo elevado apelo popular e relevância cultural, contribuindo para a preservação das tradições regionais e para a oferta de entretenimento gratuito, seguro e de qualidade à população.

2.3 A realização do evento gera impactos positivos significativos na economia local, fomentando o turismo, estimulando o comércio e os serviços, gerando empregos temporários e promovendo aumento da arrecadação municipal.

2.4 A execução do rodeio demanda uma estrutura adequada e uma organização profissional para garantir a segurança de competidores, público e animais, bem como a conformidade com normas técnicas e regulatórias. A ausência de um serviço especializado poderia comprometer a qualidade do evento, expondo participantes a riscos e afetando negativamente a imagem do município.

2.5 A Administração Pública Municipal não dispõe, no momento, de estrutura organizacional, recursos humanos especializados e meios materiais suficientes para executar, com eficiência, segurança e observância integral das normas técnicas e legais aplicáveis, todas as atividades necessárias à realização do objeto pretendido, o que evidencia a necessidade de adoção de providências administrativas para atendimento da demanda identificada.

2.6 Além dos benefícios operacionais, a realização do rodeio representa uma importante opção de lazer para a população, oferecendo entretenimento de qualidade e acesso gratuito a um evento cultural significativo. O público, composto por moradores e turistas, movimenta a economia local, fortalecendo o setor de serviços e comércio, impulsionando a geração de empregos temporários e o aumento da arrecadação tributária para o município.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

2.7 Portanto, a realização do rodeio durante a 42ª Exposição Agropecuária de Macaé se justifica pelo atendimento ao interesse público, pelo fortalecimento da economia local, pela valorização da cultura rural e pela oferta de uma opção de lazer segura e estruturada para a população.

2.8. A contratação será por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

2.9. O tipo de licitação é o menor preço.

2.10 A adjudicação será global tendo em vista que:

2.10.1 A realização de rodeio profissional de grande porte, como o previsto para a 42ª Expo Macaé 2026, caracteriza-se como atividade de elevada complexidade técnica, operacional e logística, envolvendo a execução simultânea e integrada de múltiplos serviços interdependentes, cuja perfeita compatibilização é indispensável para garantir a segurança do público, dos competidores, dos profissionais envolvidos e dos animais utilizados nas provas, bem como assegurar a adequada execução do evento dentro dos padrões técnicos exigidos pela legislação aplicável.

2.10.2 O objeto pretendido não se limita ao simples fornecimento isolado de estruturas ou à disponibilização de apresentações artísticas, abrangendo um conjunto integrado de soluções operacionais que compreendem, dentre outras atividades, a montagem e operação de arena profissional, arquibancadas, camarotes, bretes, currais, alambrados, sistemas de iluminação cênica, sonorização profissional, efeitos especiais, transmissão audiovisual, disponibilização de animais treinados, equipe técnica especializada, coordenação das provas, logística operacional, segurança da arena, manejo animal, atendimento veterinário e execução de atrações típicas do rodeio profissional.

2.10.3 Durante a fase de planejamento da contratação, esta Administração avaliou tecnicamente a possibilidade de parcelamento do objeto, mediante a realização de contratações independentes para estruturas, equipamentos, profissionais, atrações e demais serviços necessários ao evento. Contudo, após análise operacional detalhada, concluiu-se que a fragmentação da contratação acarretaria significativo risco à adequada execução do rodeio, especialmente em razão da elevada interdependência existente entre as diversas parcelas que compõem a solução pretendida.

2.10.4 A execução do rodeio exige sincronização permanente entre equipes técnicas, operadores de arena, profissionais de iluminação e sonorização, responsáveis pelos efeitos especiais, coordenação das montarias, equipe veterinária, tratadores, profissionais de segurança, operadores de transmissão e responsáveis pelas estruturas temporárias, sendo imprescindível que todos os serviços sejam executados sob coordenação operacional unificada.

2.10.5 A eventual contratação de múltiplos fornecedores distintos poderia gerar relevantes prejuízos técnicos e operacionais, tais como incompatibilidade entre cronogramas de montagem e desmontagem, conflitos de responsabilidade entre empresas, dificuldades de integração entre estruturas e equipamentos, falhas de comunicação operacional, aumento do risco de atrasos, paralisações e inconsistências na execução das atividades, além de potencial comprometimento da segurança do evento.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

2.10.6 Deve-se considerar ainda que o rodeio profissional envolve atividades de risco controlado, exigindo resposta operacional imediata e integrada diante de qualquer intercorrência relacionada às montarias, estruturas, equipamentos, animais ou fluxo de público. Nessas situações, a existência de múltiplos contratos autônomos poderia dificultar a identificação de responsabilidades, retardar soluções corretivas e comprometer a eficiência da atuação operacional durante o evento.

2.10.7 Sob o aspecto técnico, a contratação global permite maior padronização dos serviços executados, assegurando uniformidade entre estruturas, equipamentos e procedimentos operacionais, especialmente no que se refere às normas de segurança, acessibilidade, bem-estar animal, estabilidade estrutural, proteção dos competidores e funcionamento integrado das apresentações e provas.

2.10.8 A centralização da execução contratual em única empresa ou consórcio responsável também reduz significativamente os riscos de incompatibilidade técnica entre equipamentos e sistemas operacionais, especialmente entre arena, iluminação, sonorização, transmissão audiovisual, efeitos especiais e estruturas temporárias, cuja integração inadequada pode comprometer o funcionamento do evento e a segurança dos participantes.

2.10.9 Sob o aspecto administrativo, a contratação global proporciona maior eficiência na gestão e fiscalização contratual, reduzindo a necessidade de acompanhamento simultâneo de diversos contratos independentes, o que demandaria ampliação considerável da estrutura de fiscalização da Administração Pública. A gestão unificada do objeto permite maior controle sobre a execução, simplifica a comunicação operacional e facilita a aplicação de medidas corretivas e eventual responsabilização contratual.

2.10.10 A solução integrada também se mostra economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, considerando que a execução conjunta dos serviços proporciona economia de escala, racionalização logística, redução de custos indiretos de mobilização e compatibilização operacional, além de minimizar despesas administrativas relacionadas à gestão de múltiplos instrumentos contratuais.

2.10.11 Ademais, a contratação fragmentada poderia aumentar significativamente o risco de aditivos contratuais decorrentes de incompatibilidades técnicas entre fornecedores, sobreposição de responsabilidades e necessidade de ajustes operacionais supervenientes, circunstâncias que potencialmente comprometeriam a economicidade e a previsibilidade orçamentária da contratação.

2.10.12 Ressalta-se ainda que a adoção da adjudicação global não afasta a utilização de preços unitários para composição da planilha orçamentária, fiscalização, medição dos serviços executados e eventual aplicação de sanções, permanecendo preservados os mecanismos de controle da economicidade, da execução contratual e da vantajosidade da contratação.

2.10.13 Dessa forma, considerando a natureza integrada da solução pretendida, a elevada complexidade operacional do rodeio profissional, a necessidade de coordenação técnica unificada, os riscos inerentes à fragmentação contratual e a maior eficiência administrativa e econômica proporcionada pela execução centralizada do objeto, conclui-se que o parcelamento da contratação se mostra tecnicamente desaconselhável e potencialmente prejudicial ao interesse público, razão pela qual a adjudicação global representa a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e com o entendimento consolidado dos órgãos de controle.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

2.11. O regime de execução indireta será empreitada por preço unitário. A adoção do regime de empreitada por preço unitário não afasta a adjudicação global, uma vez que os preços unitários servirão como base para controle, fiscalização, medições e eventual aplicação de sanções, permanecendo a contratada responsável pela execução integral e coordenada do objeto.

2.12. É permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as seguintes normas:

2.12.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

2.12.2 indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

2.12.3 admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

2.12.4 impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

2.12.5 responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

2.13. Quanto à manifestação acerca dos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista que a contratação possui valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a opção será pela ampla concorrência.

2.14 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme demonstrado no PCA 2026 - Anexo IV - Relatório de Serviço Específico, página 185 disponível em <https://transparencia.macaee.rj.gov.br/sim/midiauploads/relatorio/2281/1763221325.pdf>.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A presente contratação tem como objetivo a seleção de empresa especializada na organização e realização de rodeio, contemplando todas as etapas necessárias para a execução do evento, desde a montagem da estrutura até a apresentação do espetáculo. A empresa contratada deverá garantir um evento seguro, tecnicamente adequado e em conformidade com as normas vigentes, assegurando a integridade dos participantes, do público e dos animais envolvidos.

3.2 A execução do objeto abrange a instalação de toda a infraestrutura necessária, incluindo a montagem da arena, arquibancadas, palcos, camarotes, telões, bretes e demais estruturas de suporte. Também deverão ser providenciadas a iluminação e a sonorização adequadas para a realização das provas e para a ambientação do evento, bem como a instalação de telões para a transmissão ao público. Além disso, a empresa deverá garantir a sinalização interna, o controle de acessos e a disponibilização de áreas de apoio, como ambulatório, alojamentos para competidores e espaços de descanso para os animais.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

3.3 No que se refere à gestão dos animais, a empresa deverá fornecer bovinos e/ou equinos adequados para as competições, assegurando seu bem-estar em conformidade com a legislação vigente. Será obrigatória a presença de um veterinário para acompanhamento da saúde e das condições dos animais durante todo o evento.

3.4 A segurança também deve ser garantida por meio da implementação de protocolos específicos para os montadores, equipe técnica e público, incluindo a disponibilização de brigadistas, ambulâncias e equipe de primeiros socorros.

3.5 A realização do espetáculo deverá contar com a participação de locutores, comentaristas e juízes especializados, assegurando a condução adequada das competições e provas típicas do rodeio, como montaria em touros e cavalos. A empresa contratada será responsável pela organização e execução dessas provas, bem como pela contratação de equipe de apoio, incluindo salva-vidas de arena e auxiliares para o manejo dos animais. Além disso, poderão ser realizadas atrações artísticas e culturais relacionadas ao rodeio.

3.6 Por fim, após a realização do evento, a empresa será responsável pela desmontagem de toda a estrutura utilizada, pela limpeza e destinação adequada dos resíduos gerados, pelo transporte e realocação dos animais em locais apropriados e pela apresentação de um relatório técnico detalhado sobre o evento, contendo a avaliação das atividades executadas.

3.7 Dessa forma, a contratação abrangerá todas as fases do ciclo do evento, garantindo que cada etapa seja realizada de forma eficiente, segura e em conformidade com as normas vigentes, proporcionando um espetáculo de qualidade ao público e assegurando o cumprimento de todas as exigências técnicas, ambientais e de bem-estar animal.

3.8 A contratada será responsável pela qualidade e adequação dos serviços prestados, bem como pela segurança, funcionamento e conformidade dos materiais, equipamentos e estruturas fornecidas para a realização do evento de rodeio, nos termos da legislação vigente.

3.9 A contratada deverá prestar garantia da execução adequada dos serviços durante o evento, obrigando-se a reparar, corrigir, substituir ou refazer, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer falhas, vícios ou incorreções decorrentes da má execução contratual, uso de materiais inadequados, descumprimento das especificações técnicas ou qualquer outro fator que comprometa a finalidade do contrato.

3.10 Durante toda a realização do evento, a contratada deverá manter, no local do evento, a equipe técnica de prontidão composta, responsáveis por realizar os reparos e substituições necessárias, de forma a garantir a continuidade e segurança das atividades.

3.11 O prazo máximo para atendimento às solicitações de manutenção corretiva, substituição de materiais, reparo de estruturas, equipamentos e reposição de profissionais será de até 01 (uma) hora, contadas a partir da comunicação formal realizada pela fiscalização da Administração contratante.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Todos os materiais e ou equipamentos descritos no item 09 deverão ser novos ou seminovos, com boa aparência, inclusive com as pinturas realizadas e com estrutura física, elétrica ou de qualquer outra ordem dentro dos padrões técnicos que garantam a segurança aos seus usuários e espectadores. Bem assim, todos os ambientes também deverão estar adequadamente iluminados para comodidade do público presente.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

4.2 Deverão ser seguidas pela empresa contratada, na condição de entidade organizadora e promotora do rodeio, e sob sua responsabilidade e a suas expensas, todas as estipulações normativas previstas pelas Leis Federais de n.º 10.220/2001, 10.519/2002 e lei municipal 5441/2025.

4.3 Não será permitido qualquer ato de crueldade contra os animais, entendido como toda ação ou omissão que provoque dor intensa, sofrimento desnecessário, lesão, mutilação, ferimento grave, estresse excessivo ou dano à integridade física ou psicológica dos animais, em desacordo com a legislação vigente e com os regulamentos técnicos oficiais da Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.

4.4 Não será permitida a utilização de técnicas e/ou instrumentos que causem dor, ferimentos, lesões ou sofrimento desnecessário aos animais, em desacordo com a legislação vigente e com os regulamentos técnicos oficiais da Confederação Nacional de Rodeio – CNAR.

4.4.1 É vedado o uso de equipamentos ou práticas proibidas expressamente pela legislação federal e pelos regulamentos técnicos da CNAR, tais como:

- I – choques elétricos ou mecânicos;
- II – instrumentos perfurantes, cortantes ou contundentes;
- III – torção de cauda ou pescoço;
- IV – descorna ou qualquer procedimento mutilante;
- V – polacos ou instrumentos similares que provoquem lesões.

4.4.2 As cintas, cilhas e barrigueiras deverão ser confeccionadas em material apropriado, preferencialmente lã natural ou material equivalente aprovado pela CNAR, com dimensões adequadas para garantir o conforto dos animais.

4.4.3 A entidade promotora do rodeio deverá comunicar a realização das provas ao órgão estadual competente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, comprovando estar apta a promover o rodeio segundo as normas legais e indicando o médico veterinário responsável.

4.5 Os fogos utilizados na abertura do evento e no show piromusical, deverão ser de baixo ruído.

4.6 Nos camarotes e arquibancada deverão possuir vagas destinadas às pessoas idosas e pessoas com deficiência, com instalações devidamente adequadas, como rampa de acesso, corrimões, boa iluminação e entre outros.

4.7 Caberá à entidade promotora do rodeio, a suas expensas, prover:

- I – médico veterinário habilitado, responsável pela garantia da boa condição física e sanitária dos animais e pelo cumprimento das normas disciplinadoras, impedindo maus tratos e injúrias de qualquer ordem;
- II – transporte dos animais em veículos apropriados e instalação de infra-estrutura que garanta a integridade física deles durante sua chegada, acomodação e alimentação;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

III – arena das competições e bretes cercados com material resistente e com piso de areia ou outro material acolchoador, próprio para o amortecimento do impacto de eventual queda do peão de boiadeiro ou do animal montado;

4.8 O contrato celebrado entre a entidade promotora das provas de rodeios e o peão, obrigatoriamente por escrito, deve conter:

I – a qualificação das partes contratantes;

II – o prazo de vigência, que será, no mínimo, de cinco dias e, no máximo, de dois anos;

III – o modo e a forma de remuneração, especificados o valor básico, os prêmios, as gratificações, e, quando houver, as bonificações, bem como o valor das luvas, se previamente convencionadas;

IV – cláusula penal para as hipóteses de descumprimento ou rompimento unilateral do contrato;

4.9 É obrigatória a contratação, pelas entidades promotoras, de seguro de vida e de acidentes em favor do peão de rodeio, compreendendo indenizações por morte ou invalidez permanente no valor mínimo de cem mil reais, devendo este valor ser atualizado a cada período de doze meses contados da publicação desta Lei, com base na Taxa Referencial de Juros – TR, conforme disposto no §1º, artigo 2º da lei federal 10220/2021.

4.9.1 Os organizadores do rodeio ficam obrigados a contratar seguro pessoal de vida e invalidez permanente ou temporária, em favor dos profissionais do rodeio, que incluem peões de boiadeiro, os “madrinheiros” os “salva-vidas, os domadores, os porteiros, os juízes e os locutores, conforme art. 6 da lei federal 10.519/2002.

4.10 A entidade promotora que estiver com o pagamento da remuneração de seus atletas em atraso, por período superior a três meses, não poderá participar de qualquer competição, oficial ou amistosa.

4.11 A apólice de seguro à qual se refere o subitem 4.9 deverá, também, compreender o ressarcimento de todas as despesas médicas e hospitalares decorrentes de eventuais acidentes que o peão vier a sofrer no interstício de sua jornada normal de trabalho, independentemente da duração da eventual internação, dos medicamentos e das terapias que assim se fizerem necessários.

4.12 O contrato estipulará, conforme os usos e costumes de cada região, o início e o término normal da jornada de trabalho, que não poderá exceder a oito horas por dia.

4.13 A celebração de contrato com maiores de dezesseis anos e menores de vinte e um anos deve ser precedida de expresso assentimento de seu responsável legal.

4.14 Após dezoito anos completos de idade, na falta ou negativa do assentimento do responsável legal, o contrato poderá ser celebrado diretamente pelas partes mediante suprimento judicial do assentimento.

4.15 A contratada deverá garantir o pleno funcionamento dos equipamentos de som, iluminação e de todas estruturas, fazendo a substituição imediatamente do mesmo se necessário, sem nenhum ônus para o Município.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

4.16 Realizar ajustes se for o caso, na iluminação e sonorização, durante todos os dias do evento.

4.17 Da observância aos regulamentos técnicos do rodeio profissional.

A execução do objeto deverá observar, obrigatoriamente, as normas técnicas, regulamentos operacionais e diretrizes de segurança aplicáveis à realização de rodeios profissionais, especialmente aquelas relacionadas à integridade física dos competidores, à segurança do público e ao bem-estar animal, nos termos da legislação federal e da legislação municipal vigente.

4.17.1 Em consonância com a Lei Municipal nº 5.441/2025, que disciplina a realização de rodeios no âmbito do Município de Macaé, a empresa contratada deverá comprovar que a organização e a execução das provas de rodeio observarão os regulamentos técnicos oficiais adotados pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR, entidade reconhecida no referido diploma legal como referência normativa para a padronização técnica da modalidade.

4.17.2 Para fins de comprovação do atendimento a esse requisito, será admitida a apresentação de registro da empresa licitante perante federação estadual de rodeio regularmente constituída e filiada à Confederação Nacional de Rodeio – CNAR, ou, alternativamente, documentação idônea que demonstre, de forma objetiva e verificável, que as atividades de organização e execução do rodeio serão realizadas em estrita conformidade com os regulamentos técnicos oficiais da CNAR, conforme exigido pela legislação municipal aplicável.

4.17.3 A exigência ora estabelecida não se caracteriza como requisito subjetivo de filiação associativa, mas como adoção de padrão técnico setorial obrigatório, indispensável à adequada execução do objeto, notadamente no que se refere às parcelas de maior relevância técnica da contratação, consistentes na condução das provas, na segurança dos competidores e no manejo adequado dos animais, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

4.17.4 O não atendimento às normas técnicas referidas, bem como a ausência de comprovação da observância aos regulamentos oficiais do rodeio profissional, ensejará a inabilitação da licitante ou, se verificada na fase de execução contratual, a aplicação das sanções, não atendimento às normas técnicas referidas, bem como a ausência de comprovação da observância aos regulamentos oficiais do rodeio profissional, ensejará a desclassificação da proposta, quando constatado ainda na fase de seleção do fornecedor, ou, se verificado durante a execução contratual, a aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das demais medidas previstas na legislação vigente.

4.18 DA GARANTIA DA PROPOSTA

4.18.1 Em atendimento ao disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida das licitantes classificadas após o encerramento da fase de lances a prestação de garantia da proposta, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

4.18.2 A exigência da garantia da proposta não constitui requisito de participação, sendo aplicável exclusivamente após o encerramento da fase competitiva, alcançando todas as licitantes consideradas classificadas, conforme critérios definidos no edital.

4.18.3 A garantia da proposta poderá ser apresentada por qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II – seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV – título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.18.4 O prazo para encaminhamento da garantia da proposta será definido no edital, contado a partir da comunicação formal do Pregoeiro no sistema eletrônico, vedada a exigência em momento anterior à fase de lances.

4.18.5 A garantia da proposta deverá possuir validade mínima de 90 (noventa) dias, admitida a sua prorrogação automática, caso o procedimento licitatório não seja concluído dentro desse prazo, e será restituída às licitantes nos termos do art. 58, §2º, da Lei nº 14.133/2021, após a assinatura do contrato pelo adjudicatário ou em caso de revogação ou anulação do certame.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O evento de rodeio em si, com todas as suas provas e atrações, será executado nos dias 25 a 29 de julho de 2026, com duração mínima de 04 (quatro) horas, deverá ainda a contratada apresentar cronograma de todas as atividades que serão realizadas em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

5.2 Os serviços serão executados a partir da assinatura do contrato, dentro do prazo previsto no subitem anterior e o contrato terá duração de 90 (noventa) dias.

5.2.1 Durante todo evento, o médico veterinário ficará responsável pelos cuidados dos animais, desde a sua chega até a saída, verificando as condições como alimentação, estádio, inclusive as condições adequada de transportes dos mesmos.

5.3. Os serviços relativos aos procedimentos de montagem e da estrutura física (incluindo a disponibilização de toda a infraestrutura) para a realização do rodeio deverão ser iniciadas a partir da assinatura do contrato.

5.4. Ressaltamos que toda a infraestrutura deverá estar montada, disponível e aprovada pelos órgãos competentes, impreterivelmente, até às 15h do dia imediatamente anterior ao início do evento; e sua a completa desmontagem e retirada do local deverá ocorrer até as 18h do décimo quinto dia seguinte ao final do evento, sob pena de sanção administrativa

5.5. Os serviços, objeto deste termo, serão executados Parque de Exposições Latiff Mussi, localizado na RJ-106, S/N - São José do Barreto, Macaé - RJ, CEP: 27910-000, sendo acompanhados pelos servidores responsáveis pela fiscalização da contratação.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Caberá ao servidor Maicon Viana Gomes, Mat. 43967 designado como Gestor do Contrato por intermédio da Portaria 002/2025, o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação, nos termos do artigo 19 da Lei Municipal nº 4.960/2022.

SERVIDOR	MATRÍCULA
MAICON VIANA GOMES	43967

6.2. Caberá à Comissão de Fiscalização abaixo, formada pelos servidores abaixo indicados, a fiscalização da contratação por intermédio da portaria 002/2025, ficando responsáveis pelo recebimento, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, nos termos do artigo 20 da Lei Municipal nº 4.960/2022.

SERVIDOR	MATRÍCULA
Carla Simone Soares da Silva	408.337
Rogenilda Lemos de Azevedo Athayde	408.318

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. O objeto será recebido:

7.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, mediante Termo de Recebimento Provisório, no prazo de 01 dia.

7.2.2. Definitivamente, após a verificação da perfeita adequação dos serviços ao Termo de Referência, mediante Termo de Recebimento Definitivo, no prazo de 10 dias.

7.3. Em caso de constatação local da não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas/fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação estabelecida no subitem 7.2.1, o que caracterizará não recebimento dos serviços e em atraso, caso ultrapassado o prazo de execução contratual.

7.4. Havendo indicações de pendências, será concedido prazo de até 1(um) dia, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório, a fim de efetuarem-se as correções necessárias.

7.5. O não cumprimento do prazo a que se refere o subitem anterior caracterizará atraso, sujeitando-se a Contratada às penalidades cabíveis.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

7.7. Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS.

7.8. A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no artigo 137, §2º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.9. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

7.10. A Contratante estará eximida de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a Contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Quanto às condições de habilitação, o licitante deverá demonstrar habilitação: jurídica; fiscal, social e trabalhista, e; econômico-financeira, na forma prevista no instrumento convocatório.

8.2. Quanto à habilitação técnica, será exigido do licitante o seguinte:

8.2.1. Qualificação técnico-operacional:

8.2.1.1. Certidões ou atestados, expedidos por entidades da Administração Pública ou pessoa jurídica de direito privado, que demonstrem o fornecimento de objeto similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

8.2.1.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.2.1.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.1.4 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os critérios de avaliação previstos no artigo 67, §10, I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2.2 Qualificação técnico-profissional:

8.2.2.1 Apresentar declaração informando quem serão o(s) Responsável(is) Técnico(s) indicados referente à respectiva área licitada e comprovante de inscrição destes nas respectivas entidades profissionais: inscrição do veterinário no Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV e engenheiro(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, na especialidade de Engenharia Civil.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

8.2.2.2 A comprovação de vínculo profissional, que se referem o subitem acima, pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou qualquer meio apto a comprovar que, quando da contratação, a empresa licitante possuirá equipe técnica qualificada e disponível para execução do objeto licitatório, a exemplo de apresentação de declaração de compromisso de disponibilidade, conforme Súmula 10/2022 do TCE/RJ, sendo possível a contratação de profissionais autônomos que preencham os requisitos e se responsabilizem tecnicamente dos serviços.

8.2.2.3 Registro da empresa perante o Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV.

8.2.2.4 Anotação de Responsabilidade técnica emitida pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando a inscrição do veterinário e engenheiro civil responsável pela empresa licitante.

8.2.2.5 O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, pra fins deste Edital: o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; o profissional autônomo mediante contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

8.2.2.6 A comprovação de vínculo profissional, que e referem o subitem acima, pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou qualquer meio apto a comprovar que, quando da contratação, a empresa licitante possuirá equipe técnica qualificada e disponível pra execução do objeto licitatório, a exemplo de apresentação de declaração de compromisso de disponibilidade, conforme súmula 10/2022 do TCE/RJ sendo possível a contratação de profissionais autônomos que preencham os requisitos e se responsabilizem tecnicamente dos serviços.

8.2.2.7 A empresa licitante deverá apresentar no momento da habilitação, cópia do registro profissional válido (carteira de blaster pirotécnico) de 01 (um) blaster envolvido na execução dos serviços, bem como certificado de curso de brigada de incêndio do profissional.

8.2.2.8 Certidão Negativa do CRMV – Conselho Regional de Medicina Veterinária em nome da Empresa licitante ou de seu responsável.

8.2.2.9 Registro no Ministério do Turismo através de apresentação do CADASTUR, nos termos da Lei Geral do Turismo (Lei 11.771/2008), do decreto federal 7.381/2010 e Portaria nº 130, de 28 de julho de 2011 do Mtur (Organização de eventos e Prestador de infraestrutura).

8.2.2.10 Declaração formal da licitante de que possui conhecimento técnico e operacional acerca dos procedimentos necessários à realização de rodeio profissional, conforme anexo I – C, incluindo normas aplicáveis às provas e modalidades do evento, segurança dos competidores, trabalhadores e público presente, bem-estar animal e demais exigências previstas na legislação vigente, especialmente nas Leis Federais nº 10.220/2001 e nº 10.519/2002, conforme modelo constante em anexo ao Edital,

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

8.3 Visita técnica:

8.3.1 Atestado de visita do local onde será executado o serviço, conforme ANEXO I - B expedido pela Secretaria Municipal de Agroeconomia. O dia e horário da visita deverá ser agendado com a Secretaria Municipal de Agroeconomia, de segunda-feira a sexta-feira no horário de 09:00h às 17:00h através do Tel: (22) 2759-5309 ou por endereço eletrônico email: agroeconomia@macae.rj.gov.br com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data de realização da licitação. A última visita ocorrerá até o último dia útil anterior a data de realização do certame e poderá ser realizada por qualquer profissional devidamente habilitado da empresa licitante. O local de encontro para o representante da licitante será definido no momento do agendamento da visita técnica, de onde seguirá juntamente com o representante designado pela Secretaria Municipal de Agroeconomia até o local de execução dos serviços.

8.3.2 Caso a empresa opte por não realizar a visita, não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejam avenças técnicas ou financeiras que venha a onerar o Município de Macaé.

8.3.3 Não será permitida a reunião de vários licitantes numa mesma data e horário, para evitar o conhecimento prévio acerca do universo de licitantes;

9. DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADAS

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	14591	Disponibilização de touros treinados especialmente para rodeio profissional	UNIDADE	25	R\$ 1.717,25	R\$ 42.931,25
2	14591	Disponibilização de cavalos treinados especialmente para rodeio profissional	UNIDADE	15	R\$ 2.034,00	R\$ 30.510,00
3	14591	Contratação de peões profissionais em rodeio (cowboys)	UNIDADE	20	R\$ 2.120,00	R\$ 42.400,00
4	14591	Juiz especializado em rodeio	DIÁRIA	05	R\$ 1.622,44	R\$ 8.112,20
5	14591	Locutor especializado em rodeio	DIÁRIA	05	R\$ 1.971,81	R\$ 9.859,05
6	14591	Comentarista especializado em rodeio	DIÁRIA	05	R\$ 1.257,75	R\$ 6.288,75
7	14591	Dupla de madrinheiras	DIÁRIA	05	R\$ 1.929,93	R\$ 9.649,65
8	14591	Grupo de palhaços salva-vidas (com 03 integrantes)	DIÁRIA	05	R\$ 1.352,95	R\$ 6.764,75
9	14591	Sedenheiro	DIÁRIA	05	R\$ 502,43	R\$ 2.512,15
10	14591	Tratador de animais	DIÁRIA	05	R\$ 491,18	R\$ 2.455,90
11	14591	Apartador	DIÁRIA	05	R\$ 455,43	R\$ 2.277,15
12	14591	02 (dois) Porteiros / Porteiros (para touros e cavalos);	DIÁRIA	05	R\$ 847,99	R\$ 4.239,95
13	14591	Auxiliar de pista	DIÁRIA	05	R\$ 614,68	R\$ 3.073,40
14	14591	Atrações de arena especializadas em rodeio compostas por equipe com, no mínimo, 03 cavalos adestrados e palhaço comediantes.	DIÁRIA	05	R\$ 5.107,00	R\$ 25.535,00
15	14591	Cerimonial de abertura com a realização de show de iluminação mediante a utilização de lasers e leds, contemplando efeitos, evoluções e coreografias com temática alusiva ao evento, contando, ainda, com decoração da arena dispondo de passarela de apresentação dos profissionais com tapete vermelho e cortina.	DIÁRIA	05	R\$ 3.441,00	R\$ 17.205,00
Queima de fogos (para a abertura do segundo dia do evento) contendo o conjunto com os principais tipos de fogos de artifício: duração mínima de 10 minutos						
16	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas de 25 tubos ¾" cores diversas	UNIDADE	04	R\$ 83,50	R\$ 334,00
17	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas de 25 tubos 1,5 azul	UNIDADE	02	R\$ 394,75	R\$ 789,50

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
18	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas de 25 tubos 1,5" verde	UNIDADE	02	R\$ 394,75	R\$ 789,50
19	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas de 25 tubos 1,5" dourado	UNIDADE	02	R\$ 394,75	R\$ 789,50
20	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas 100 tubos 1,5" efeito "z"	UNIDADE	01	R\$ 1.282,00	R\$ 1.282,00
21	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: torta 100 tubos 1,5" efeito "w"	UNIDADE	01	R\$ 1.278,50	R\$ 1.278,50
22	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: torta 120 tubos 1,5" cores diversas	UNIDADE	01	R\$ 1.181,50	R\$ 1.181,50
23	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: torta 600 tubos ¾" leque dourado e vermelho	UNIDADE	01	R\$ 1.165,25	R\$ 1.165,25
Show piromusical (para a abertura do primeiro e terceiro dia do evento), contendo material explosivo do tipo fogos de artifício. Duração mínima de 15 minutos.						
24	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: candelas mono tiro 1,5" vaso azul	UNIDADE	200	R\$ 23,45	R\$ 4.690,00
25	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: candelas mono tiro 1,5" vaso vermelho	UNIDADE	200	R\$ 23,45	R\$ 4.690,00
26	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: candelas mono tiro 1,5" vaso prata	UNIDADE	200	R\$ 23,62	R\$ 4.724,00
27	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: candelas mono tiro 1,5" trassante dourado	UNIDADE	200	R\$ 23,57	R\$ 4.714,00
28	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas 25 tubos 1,5" colorida	UNIDADE	04	R\$ 590,50	R\$ 2.362,00
29	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas 49 tubos 1,5" colorida	UNIDADE	04	R\$ 592,07	R\$ 2.368,28
30	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas 100 tubos 1,5" efeito zig zag	UNIDADE	04	R\$ 1.141,35	R\$ 4.565,40
31	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: placas de 10 tubos 1,5" efeito leque	UNIDADE	12	R\$ 158,50	R\$ 1.902,00
32	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: placas de 10 tubos 1,5" efeito "z"	UNIDADE	12	R\$ 147,00	R\$ 1.764,00



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
33	14591	Transmissão ao vivo do evento para o Brasil e o mundo através mídias sociais; projeções (em tempo real para o público presente ao evento) das filmagens em 2 telões com tecnologia led com medida, mínima, de 3x4m cada equipamento, além de sistema de gravação disponibilizando o replay de todas as montarias e demais provas realizadas no rodeio	UNIDADE	5	R\$ 8.243,05	R\$ 41.215,25
34	14591	Sistema de iluminação profissional composto de mixer de 48 canais, spots de luz par, efeitos tipo cyberlights, minibritts com, no mínimo, 3.600 watts; além de máquina de fumaça e equipamento com laser e efeitos do tipo Head RGB Led Scan Strobo	UNIDADE	01	R\$ 1.106,33	R\$ 1.106,33
35	14591	Canhão seguidor de 1.000 watts	UNIDADE	01	R\$ 2.194,50	R\$ 2.194,50
36	14591	Técnico especializado de iluminação e som	DIÁRIA	05	R\$ 761,06	R\$ 3.805,30
37	14591	Técnico especializado de blaster de fogos	DIÁRIA	05	R\$ 788,62	R\$ 3.943,10
38	14591	Disc Jockey (DJ)	DIÁRIA	05	R\$ 833,33	R\$ 4.166,65
39	14591	Médico veterinário responsável por todos os animais. O veterinário estará de plantão todos os dias do evento e deverá ser cadastrado no competente Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais.	DIÁRIA	05	R\$ 1.641,00	R\$ 8.205,00
40	14591	Camarote (estrutura mínima), observando-se o seguinte: Medidas de cada camarote: 2,33x3,50m montados a 1,60m de altura em relação ao último degrau da arquibancada de 11 degraus, com acesso pela parte traseira, com um hall de 10x10m montado a 1,60m em relação ao último degrau da arquibancada, coberto com tendas possuindo lonas antichamas. ; Dos Materiais da arquibancada e camarotes: Armações treliçadas, escadas, contraventamento, corrimãos e parapeitos fabricados em tubos de aço carbono com costura, formados a frio, para uso industrial (NBR 8261). Os assentos são formados por perfis metálicos, fechados com compensado naval ou cola fenólica de 15mm, aparafusadas na parte metálica. As armações são dimensionadas a suportar carga de 400 Kg/m2, uniformemente distribuídos e 100 kg referente à carga concentrada aplicada na parte central do assento, conforme exigências da NBR6120/1980. Os corrimãos e parapeitos são dimensionados para uma carga horizontal de 80 Kg/m (NBR-6120/1980). Todo o material deverá ser galvanizado com comprovação, a fim de evitar pontos de ferrugens e enfraquecimento do mesmo. Deverá também ser apresentado teste de carga a fim de evitar acidentes e prejuízos para o evento	UNIDADE	42	R\$ 3.862,25	R\$ 162.214,50

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
41	14591	Arquibancada (estrutura mínima) contendo: 60 metros lineares de arquibancadas com 19 degraus de altura, sendo um degrau duplo para passarela e 18 degraus para acomodação de pessoas com largura de 0,60cm, passarela frontal a 3,30m de altura em relação ao solo, guarda-corpo frontal tipo grade medindo 1,10m, guarda-corpo traseiro tipo grade medindo 1,80m, largura do espaçamento dos guarda-corpos de 15cm, túneis de acesso por baixo da arquibancada; e mais 11 degraus de altura, sendo um degrau duplo para passarela e 10 degraus para acomodação de pessoas com largura de 0,60cm, passarela frontal a 0,70m de altura em relação ao solo, guarda-corpo frontal tipo grade medindo 1,10m, guarda-corpo traseiro tipo grade medindo 1,80m, largura do espaçamento dos guarda-corpos de 15cm, túneis de acesso por baixo da arquibancada, com laudo e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo CREA competente, devidamente aprovada.	METRO LINEAR	60	R\$ 2.274,25	R\$ 136.455,00
42	14591	Arena completa: estilo americana, medindo, no mínimo, 35x50m, contendo grades para fechamento, currais de apartação, devidamente embarcado e montado de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR, garantido a devida segurança aos profissionais e ao público em geral.	UNIDADE	01	R\$ 28.572,57	R\$ 28.572,57
43	14591	Conjunto de alambrados contendo bretes do tipo americano e pista de 1.200 m² com painéis de 230x185cm	UNIDADE	01	R\$ 9.434,75	R\$ 9.434,75
44	14591	Serviço de 30 Seguranças desarmada 4 horas por dia	DIÁRIA	05	R\$ 5.479,25	R\$ 27.396,25
TOTAL:					R\$ 681.912,83	

9.1. Quanto à metodologia e critério pra estimar os quantitativos, informamos que a mão de obra é a mínima necessária para apoio durante os 05 (cinco) dias de evento.

9.2 Considerando ainda a natureza do objeto, além do fato de que, pelas práticas próprias ao evento, com vistas a resguardar a integridade física dos animais envolvidos, serão feitos revezamentos entre os mesmos em cada prova executada no rodeio. Levando-se em conta, ainda, o fato de existirem apresentações de provas distintas, tais como montaria em touros, montaria em cavalos, implica no quantitativo de animais maior do que o de peões. E, ainda neste ponto, por haver a diferença entre provas executadas em touros e outras em cavalos e que, em ambos os casos, utiliza-se animais para atividades de apoio aos competidores, chegou-se a composição dos itens previstos.

9.3 Em relação às estruturas, em geral, baseamos na capacidade para aproximadamente 7000 pessoas, considerando a área disponível para montagem das mesmas. Os quantitativos descritos são para atender os 05 (cinco) dias de evento. Utilizamos também a experiência obtida nos 04 (quatro) últimos contratos de rodeio realizado em 2022 (084/2022), 2023 (093/2023), 2024 (51/2024 e 52/2024) e 2025 (038/2025) como base para definir os quantitativos em tela.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO
1	14591	Disponibilização de touros treinados especialmente para rodeio profissional	UNIDADE	25	São necessários 20 touros definitivamente treinados para realização dos eventos. Há necessidade de 05 touro a mais com relação a quantidade de pões para que os mesmos possam realizar os devidos desancados e tratamentos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO
2	14591	Disponibilização de cavalos treinados especialmente para rodeio profissional	UNIDADE	15	Serão utilizados no rodeio 13 animais, sendo 02 animais para reserva caso algum animal esteja indisponível para a data do evento.
3	14591	Contratação de peões profissionais em rodeio (cowboys) (para os 4 dias de rodeio)	UNIDADE	20	O peão irá realizar atividade com montadas de ouro, bem como auxiliar com cavalos para o evento do rodeio em si.
4	14591	Juiz especializado em rodeio	DIÁRIA	05	Juiz especializado para julgar a tração do rodeio durante os 05 dias de eventos.
5	14591	Locutor especializado em rodeio	DIÁRIA	05	Locutor especializado para julgar a tração do rodeio durante os 05 dias de eventos.
6	14591	Comentarista especializado em rodeio	DIÁRIA	05	Irá auxiliar o locutor na atividade ocorrida durante a prova.
7	14591	Dupla de madrinheiras	DIÁRIA	05	As duplas de madrinheira participaram diretamente no regaste dos pões que realizam suas provas, dando segurando aos pões e garantindo a integridade física dos mesmos.
8	14591	Grupo de palhaços salva-vidas (com 03 integrantes)	DIÁRIA	05	Os palhaços salva vida além de auxiliar nos trabalhos da madrinheiras, também fazendo parte do espetáculo interagindo com o pulico.
9	14591	Sedenheiro	DIÁRIA	05	É um profissional que libera o touro na porteira, ficando responsável pelo pulo do gado, sem que haja nenhum tipo de apedrejo para estipular o pulo.
10	14591	Tratador de animais	DIÁRIA	05	É o responsável que irá realizar os cuidados dos animais durante todo o período do evento.
11	14591	Apartador	DIÁRIA	05	Apartar é o profissional que mantém o gado afastado para que não haja briga entre ou mesmo, ou seja, mantém o controle do rebanho.
12	14591	02 (dois) Porteiros / Porteiros (para touros e cavalos);	DIÁRIA	05	São os profissionais que ficam na porteira, providenciando a abertura e fechada, para liberação dos gados.
13	14591	Auxiliar de pista	DIÁRIA	05	É responsável por preparar toda parte escrita de abertura do rodeio, prepara também as papeletas das montarias e auxilia o locutor na pista durante as narrações das montarias até o encerramento do rodeio.
14	14591	Atrações de arena especializadas em rodeio compostas por equipe com, no mínimo, 03 cavalos adestrados e 1 palhaço comediante	DIÁRIA	05	É atração da arena composta por cavalos dançarinos e um palhaço que interagi com o público.
15	14591	Cerimonial de abertura com a realização de show de iluminação mediante a utilização de lasers e leds, contemplando efeitos, evoluções e coreografias com temática alusiva ao evento, contando, ainda, com decoração da arena dispondo de passarela com 4 metros de comprimento e 4 de largura, para apresentação dos profissionais, com tapete vermelho de camurça e cortina com aproximadamente 4 metros de comprimento e 1 de largura, contando ainda com 3 (três) máquinas de fogo com potência mínima de 1500w.	DIÁRIA	05	A Cerimônia de abertura como descrito, irá realizar apresentação para 05 dias do evento com diversos efeitos de luz e sim, com abertura de tabela vermelho e apresentação dos profissionais.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO
Queima de fogos (para a abertura do segundo dia do evento) contendo o conjunto com os principais tipos de fogos de artifício: duração mínima de 10 minutos					
16	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas de 25 tubos ¾" cores diversas	UNIDADE	04	Queima de foto para abertura do segundo dia do evento, contendo o conjunto do tipo de fogos descritos e com baixo ruído.
17	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas de 25 tubos 1,5 azul	UNIDADE	02	
18	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas de 25 tubos 1,5" verde	UNIDADE	02	
19	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas de 25 tubos 1,5" dourado	UNIDADE	02	
20	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas 100 tubos 1,5" efeito 'z'	UNIDADE	01	
21	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: torta 100 tubos 1,5" efeito 'w'	UNIDADE	01	
22	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: torta 120 tubos 1,5" cores diversas	UNIDADE	01	
23	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: torta 600 tubos ¾" leque dourado e vermelho	UNIDADE	01	
Show piromusical (para a abertura do primeiro e terceiro dia do evento), contendo material explosivo do tipo fogos de artifício. Duração mínima de 15 minutos.					
24	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: candelas mono tiro 1,5" vaso azul	UNIDADE	200	Fogos necessários de baixo ruído para show piro musical com duração média de 15 minutos para o primeiro e terceiro dia do evento.
25	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: candelas mono tiro 1,5" vaso vermelho	UNIDADE	200	
26	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: candelas mono tiro 1,5" vaso prata	UNIDADE	200	
27	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: candelas mono tiro 1,5" trassante dourado	UNIDADE	200	
28	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas 25 tubos 1,5" colorida	UNIDADE	04	
29	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas 49 tubos 1,5" colorida	UNIDADE	04	
30	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas 100 tubos 1,5" efeito zig zag	UNIDADE	04	

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO
31	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: placas de 10 tubos 1,5" efeito leque	UNIDADE	12	
32	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais: Descrição complementar: placas de 10 tubos 1,5" efeito "z"	UNIDADE	12	
33	14591	Transmissão ao vivo do evento para o Brasil e o mundo através mídias sociais; projeções (em tempo real para o público presente ao evento) das filmagens em 2 telões com tecnologia led com medida, mínima, de 3x4m cada equipamento, além de sistema de gravação disponibilizando o replay de todas as montarias e demais provas realizadas no rodeio: O sistema deverá conter no mínimo: Servidor para captação de imagens e transmissão ao vivo, equipada com placa de vídeo dedicada, placa de captura de vídeo para até 4 câmaras, software de transmissão e encode de vídeo ao vivo. 2 (duas) filmadoras full HD 1080P profissional com tripé de apoio. 2 telões com tecnologia led com medida, mínima, de 3x4m Mesa de som para captação de áudio, para gravação e transmissão ao vivo.	UNIDADE	05	A transmissão ao vivo através de mídia social para o Brasil e mundo, agregando valor ao evento em si e trazendo visibilidade ao evento em um todo.
34	14591	Sistema de iluminação profissional composto de mixer de 48 canais, spots de luz par, efeitos tipo cyberlights, minibritts com, no mínimo, 3.600 watts; além de máquina de fumaça e equipamento com laser e efeitos do tipo Head RGB Led Scan Strobo	UNIDADE	01	Embora o município tenha à autonomia de realizar toda a iluminação do evento, é indiscutível que a empresa que realizará o rodeio deverá realizar os shows de forma temática com a alusão ao evento do rodeio em si.
35	14591	Canhão seguidor de 1.000 watts	UNIDADE	01	Faz parte do pacote de iluminação de todo evento.
36	14591	Técnico especializado de iluminação e som	DIÁRIA	05	Profissionais do ramo de show de rodeio que são capazes de fazer com que a música e a iluminação interajam com o público, ao contrário de um profissional que não obtém expertise do mercado.
37	14591	Técnico especializado de blaster de fogos	DIÁRIA	05	Para realizar o show piro musical é necessário que o profissional seja devidamente habilitado com respectiva autorização das legislações vigentes.
38	14591	Disc Jockey (DJ)	DIÁRIA	05	Profissional para realizar toda a parte musical do evento, com alusão com temáticas sertanejas e que fazem alusão ao evento (rodeio).
39	14591	Médico veterinário responsável por todos os animais. O veterinário estará de plantão todos os dias do evento e deverá ser cadastrado no competente Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais.	DIÁRIA	05	O médico ficará responsável pelos 05 dias de evento, para acompanhar e fiscalizar o não abuso aos animais e verificar o bem estar e cuidado dos mesmos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO
40	14591	Camarote (estrutura mínima), observando-se o seguinte: Medidas de cada camarote: 2,33x3,50m montados a 1,60m de altura em relação ao último degrau da arquibancada de 11 degraus, com acesso pela parte traseira, com um hall de 10x10m montado a 1,60m em relação ao último degrau da arquibancada, coberto com tendas possuindo lonas antichamas. ; Dos Materiais da arquibancada e camarotes: Armações treliçadas, escadas, contraventamento, corrimãos e parapeitos fabricados em tubos de aço carbono com costura, formados a frio, para uso industrial (NBR 8261). Os assentos são formados por perfis metálicos, fechados com compensado naval ou cola fenólica de 15mm, aparafusadas na parte metálica. As armações são dimensionadas a suportar carga de 400 Kg/m ² , uniformemente distribuídos e 100 kg referente à carga concentrada aplicada na parte central do assento, conforme exigências da NBR6120/1980. Os corrimãos e parapeitos são dimensionados para uma carga horizontal de 80 Kg/m (NBR-6120/1980). Todo o material deverá ser galvanizado com comprovação, a fim de evitar pontos de ferrugens e enfraquecimento do mesmo. Deverá também ser apresentado teste de carga a fim de evitar acidentes e prejuízos para o evento	UNIDADE	42	Camarote destinado às pessoas especiais, onde será instalado rampa de acesso ao mesmo, bem como participantes que não possuem condições e convidados dos executivos e legislativos, a fim de resguardar as condições físicas e protege-los de incidências.
41	14591	Arquibancada (estrutura mínima) contendo: 60 metros lineares de arquibancadas com 19 degraus de altura, sendo um degrau duplo para passarela e 18 degraus para acomodação de pessoas com largura de 0,60cm, passarela frontal a 3,30m de altura em relação ao solo, guarda-corpo frontal tipo grade medindo 1,10m, guarda-corpo traseiro tipo grade medindo 1,80m, largura do espaçamento dos guarda-corpos de 15cm, túneis de acesso por baixo da arquibancada; e mais 11 degraus de altura, sendo um degrau duplo para passarela e 10 degraus para acomodação de pessoas com largura de 0,60cm, passarela frontal a 0,70m de altura em relação ao solo, guarda- corpo frontal tipo grade medindo 1,10m, guarda-corpo traseiro tipo grade medindo 1,80m, largura do espaçamento dos guarda-corpos de 15cm, túneis de acesso por baixo da arquibancada, com laudo e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo CREA competente, devidamente aprovada.	METRO LINEAR	60	Arquibancada para comportar aproximadamente 07 mil pessoas simultaneamente, par assistir ao espetáculo do RODEIO, durante os 05 dias, Com as devidas certificações e liberações dos órgãos competentes.
42	14591	Arena completa: estilo americana, medindo, no mínimo, 35x50m, contendo grades para fechamento, currais de apartação, devidamente embarcado e montado de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR, garantido a devida segurança aos profissionais e ao público em geral	UNIDADE	01	Arena fechada para proteger os expectadores dos toros e cavalos que vão fazer parte do espetáculo do rodeio, com a devida autorização a confederação nacional do rodeio, garantido a devida segurança aos profissionais e ao público em geral.
43	14591	Conjunto de alambrados contendo bretes do tipo americano e pista de 1.200 m ² com painéis de 230x185cm	UNIDADE	01	Os alambrados são necessários para proteger os visitantes, bem como cercar os animais durante as provas de rodeio.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO
44	14591	Serviço de 30 Seguranças desarmada 4 horas por dia	DIÁRIA	05	São necessários 30 seguranças que serão divididos entre as estruturas, para trazer segurança, orientação, como evitar superlotação nas arquibancadas e camarotes afim de trazer segurança ao público presente.

10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado para a contratação é de R\$ 681.912,83 (seiscentos e oitenta e um mil, novecentos e doze reais e oitenta e três centavos).

10.2. As fontes e cálculos utilizados para estimar o valor da contratação estão detalhadas no relatório de pesquisa de preços elaborado pelo servidor responsável.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

Programa de trabalho nº: 206060039.1.108000

Elemento de Despesa nº: 3.3.90.39.00.00.00

Código Reduzido nº. 1465

Fonte de Recurso: 704-1

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Executar os serviços, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

12.2 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

12.3 Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.

12.4 Responsabilizar-se, exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação.

12.5 Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

12.6 Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

12.7 Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência dos serviços contratados, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

12.8 Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos materiais fornecidos, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.

12.9 Não utilizar o nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

12.10 Não se pronunciar em nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

12.11 Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

12.12 Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, *e-mail*).

12.13 Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do fornecimento a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

12.14 Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

12.15 Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

12.16 Assumir total responsabilidade pelos serviços e materiais utilizados que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Macaé e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.

12.17 Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os serviços e materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

12.18 Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

12.19 Obter as licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

12.20 Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

12.21 O Município de Macaé e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

12.22 Todo procedimento de regularização do evento junto ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, bem como licenciamento, seja de competência Federal, Estadual ou Municipal, serão de responsabilidade da contratada.

12.23 Caso seja obrigatória qualquer manifestação da contratante para alcance do licenciamento de competência Federal, Estadual ou Municipal, bem como para regularização junto ao Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro, deverá a contratada comunicá-la imediatamente, sob pena de responsabilização.

12.24 Todas as licenças (Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e outras) são de responsabilidade da contratada e deverão ser apresentadas até 24 horas antes da realização do serviço.

12.25 Todos os funcionários da empresa contratada deverão estar uniformizados e portando crachá com identificação (foto, nome e cargo/função), devendo qualquer substituição ser imediatamente informada à Comissão de Fiscalização da contratante.

12.26 A empresa responsável pelo show pirotécnico deverá utilizar sistemas de disparo de fogos computadorizados, através do equipamento de disparo via rádio frequência, o qual será fiscalizado no dia do evento, e ainda, se responsabiliza pela execução total dos serviços contratados, mantendo pessoal qualificado a frente dos serviços, inclusive, mas não se limitando, ao acionamento para a queima dos fogos, mantendo sistema automático e manual, este em caso de falha daquele.

12.27 A contratada deverá manter equipe de plantão para atender intercorrências no momento da execução do espetáculo.

12.28 É de inteira responsabilidade da contratada o cumprimento das exigências da Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 5.390/2009 e demais normas regulamentadoras relacionadas ao transporte, armazenamento e utilização de fogos de artifício, em especial, licença nos órgãos de defesa civil e segurança pública, com hora e local previamente destinados, e executada por empresa detentora de Certificado de Registro do Exército Brasileiro e registro no órgão responsável no estado do Rio de Janeiro.

12.29 O transporte de fogos de artifício deverá ser comunicado previamente à Defesa Civil estadual e ao órgão de segurança pública.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

12.30 Devem ser observadas as distâncias legais entre o local de queima e espectadores, edificações e veículos, bem como em relação a postos de combustíveis, depósitos de inflamáveis e de outros tipos de explosivos, áreas de proteção ambiental e hospitais.

12.31 Durante o espetáculo é obrigatória a presença do responsável técnico em pirotecnia, o qual se responsabilizará civil e criminalmente pela queima de fogos, solidariamente com a empresa contratada.

12.32 É permitida a montagem de show pirotécnico em plataforma fixas ou móveis, especialmente desenvolvidas para produção do espetáculo, desde que vistoriadas e aprovadas pelos órgãos competentes das instâncias federais, estaduais e municipais.

12.33 Os materiais utilizados para a queima de fogos deverão obedecer às especificações legais.

12.34 Após o término do espetáculo deverá ser realizada rigorosa vistoria no local, num raio proporcional ao poder das bombas utilizadas, com vistas ao recolhimento dos materiais eventualmente não deflagrados, a cargo da empresa contratada para a realização do serviço.

12.35 É proibido a execução de show pirotécnico sem a expedição de devida licença da defesa civil e do órgão de segurança pública responsável.

12.36 Deverá a contratada entregar os produtos ofertados devidamente acondicionados, garantindo a integridade dos mesmos durante o transporte, armazenamento, até o seu uso e rotulados conforme a legislação em vigor.

12.37 A contratada será responsável pela segurança e isolamento dos locais em que porventura ficarão acondicionados os fogos de artifício, bem como é de inteira responsabilidade o transporte com segurança dos equipamentos e fogos de artifício ao local de execução do serviço.

12.38 Para o transporte de fogos de artifícios, a empresa contratada deverá portar Autorização do Exército para o transporte de fogos de artifícios, Certificado do Inmetro do veículo para o transporte de produtos perigosos e prova de disponibilidade de motorista habilitado para transportar produtos perigosos.

12.39 A licitante deverá apresentar documentação que comprove que o juiz de rodeio indicado, seja devidamente Confederado por entidade regulamentadora da classe de âmbito internacional e ou nacional.

12.40 Apresentar certificado de registro da empresa responsável pela pirotecnia no Exército Brasileiro (CR) com autorização para comprar, armazenar, transportar explosivos e realizar espetáculos pirotécnicos;

12.41 Todos os custos de transportes do objeto licitado até os locais de instalação, bem como de contratação, pagamento e locomoção de toda a equipe técnica competente à montagem e desmontagem é responsabilidade da empresa contratada.

12.42 A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início da execução dos serviços, a apólice de seguro de vida e de acidentes pessoais em favor dos peões de rodeio participantes do evento, conforme disposto no §1º, artigo 2º da Lei Federal nº 10.220/2001.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

12.42.1 A comprovação da contratação do seguro deverá ser feita mediante a apresentação do da apólice, acompanhada do respectivo comprovante de pagamento do prêmio. A ausência da apresentação da apólice nos prazos estabelecidos ou a sua desconformidade com as exigências contratuais poderá ensejar a aplicação das penalidades cabíveis, conforme previsto no contrato e na legislação vigente.

12.43 A contratada será responsável pela qualidade e adequação dos serviços prestados, bem como pela segurança, funcionamento e conformidade dos materiais, equipamentos e estruturas fornecidas para a realização do evento de rodeio, nos termos da legislação vigente.

12.44 A contratada deverá prestar garantia da execução adequada dos serviços durante o evento, obrigando-se a reparar, corrigir, substituir ou refazer, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer falhas, vícios ou incorreções decorrentes da má execução contratual, uso de materiais inadequados, descumprimento das especificações técnicas ou qualquer outro fator que comprometa a finalidade do contrato.

12.45 Durante toda a realização do evento, a contratada deverá manter, no local do evento, a equipe técnica de prontidão composta, responsáveis por realizar os reparos e substituições necessárias, de forma a garantir a continuidade e segurança das atividades.

12.46 O prazo máximo para atendimento às solicitações de manutenção corretiva, substituição de materiais, reparo de estruturas, equipamentos e reposição de profissionais será de até 1 (uma) horas, contadas a partir da comunicação formal realizada pela fiscalização da Administração contratante.

12.47 Toda estrutura passível de incêndio deverá vir acompanhada de extintores na quantidade e tipos adequados.

12.48 A proteção contra às intempéries e segurança dos equipamentos ficarão sob inteira responsabilidade da empresa contratada.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

b) Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

c) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos serviços e materiais efetivamente executados e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

14.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

14.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

14.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022.

14.4. Nos termos do Decreto Municipal nº 032/2026, incorre nas penalidades descritas no subitem 14.2.4, cumulada com o subitem 14.2.2, a licitante que praticar as condutas descritas nos itens 14.1.2 à 14.1.6.

14.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

14.6. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

14.7. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

14.8. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva Contratada. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Fica a Contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ com cópia à Coordenadoria Geral de Contratos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento equivalente e antes de finda a execução contratual, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual, mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

15.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Macaé, cuja a guia do depósito devem ser solicitada através do e-mail cofic.baixareceita@macae.rj.gov.br.

15.3 No caso de opção do contratado pela modalidade seguro garantia, o prazo para a sua apresentação será de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme previsto no §3º do artigo 96 da Lei Federal 14.133/21.

15.4 O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referente à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

15.5 O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

15.6. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias. Multas punitivas, indenizações a ele devidas pelo Contratado, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transportes, vales-refeições e verbas rescisórias, prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada e prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

15.7. A contratada fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão;

15.8 No caso de renovação da contratação, a Contratada deverá renovar a garantia;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

15.9 Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a Contratada reforçará a garantia, conforme o caso;

15.10. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias;

15.11 A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização;

15.12. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);

15.13. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

16 - DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1 É admitida a subcontratação parcial, no limite de até 49% (quarenta e nove por cento) do valor contratado e desde que prevista no Termo de Referência e ratificado pelo Ordenador de Despesas.

16.2 A subcontratação não altera a responsabilidade da contratada, que continuará íntegra perante o Município de Macaé.

16.3 As subcontratações porventura realizadas serão integralmente custeadas pela contratada.

16.4 A subcontratação ficará condicionada, em qualquer caso, à obrigação da contratada quanto à documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

16.5 Não será permitida a subcontratação de itens referentes a parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

16.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

17 - DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

17.1 A execução do objeto observará cronograma físico-financeiro dividido em 02 (duas) etapas operacionais distintas e interdependentes, considerando as características técnicas e logísticas necessárias à realização da 42ª Expo Macaé 2026.

17.2 A primeira etapa corresponderá aos serviços preparatórios e de infraestrutura, compreendendo mobilização, transporte de materiais, montagem das estruturas, instalação de equipamentos, testes operacionais, adequações técnicas e preparação completa da arena e demais espaços destinados à realização do rodeio.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

17.3 Os serviços de montagem e preparação operacional deverão ser iniciados a partir da assinatura do contrato, conforme já previsto no subitem 5.3 deste Termo de Referência, devendo toda a infraestrutura necessária ao evento estar integralmente montada, disponível e aprovada pelos órgãos competentes até às 15h do dia imediatamente anterior ao início do evento, nos termos do subitem 5.4.

17.4 A segunda etapa corresponderá à execução operacional da competição de rodeio, contemplando a realização das provas, apresentações e demais atividades previstas neste Termo de Referência, durante o período de 25 a 29 de julho de 2026, conforme estabelecido no subitem 5.1.

17.5 Após o encerramento do evento, a contratada deverá promover a desmontagem integral das estruturas e retirada dos equipamentos utilizados, observando o prazo máximo até às 18h do décimo quinto dia subsequente ao término do evento, conforme disposto no subitem 5.4 deste Termo de Referência.

17.6 O cronograma financeiro da contratação observará pagamento em parcela única, a ser realizado posteriormente à execução integral do objeto, após a conclusão das etapas previstas no cronograma físico, emissão do Termo de Recebimento Definitivo e verificação do regular cumprimento das obrigações contratuais pela fiscalização competente.

17.7 O pagamento será efetuado pela Administração Municipal no prazo de até 30 (trinta) dias contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme disposto no subitem 7.7 deste Termo de Referência.

18. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

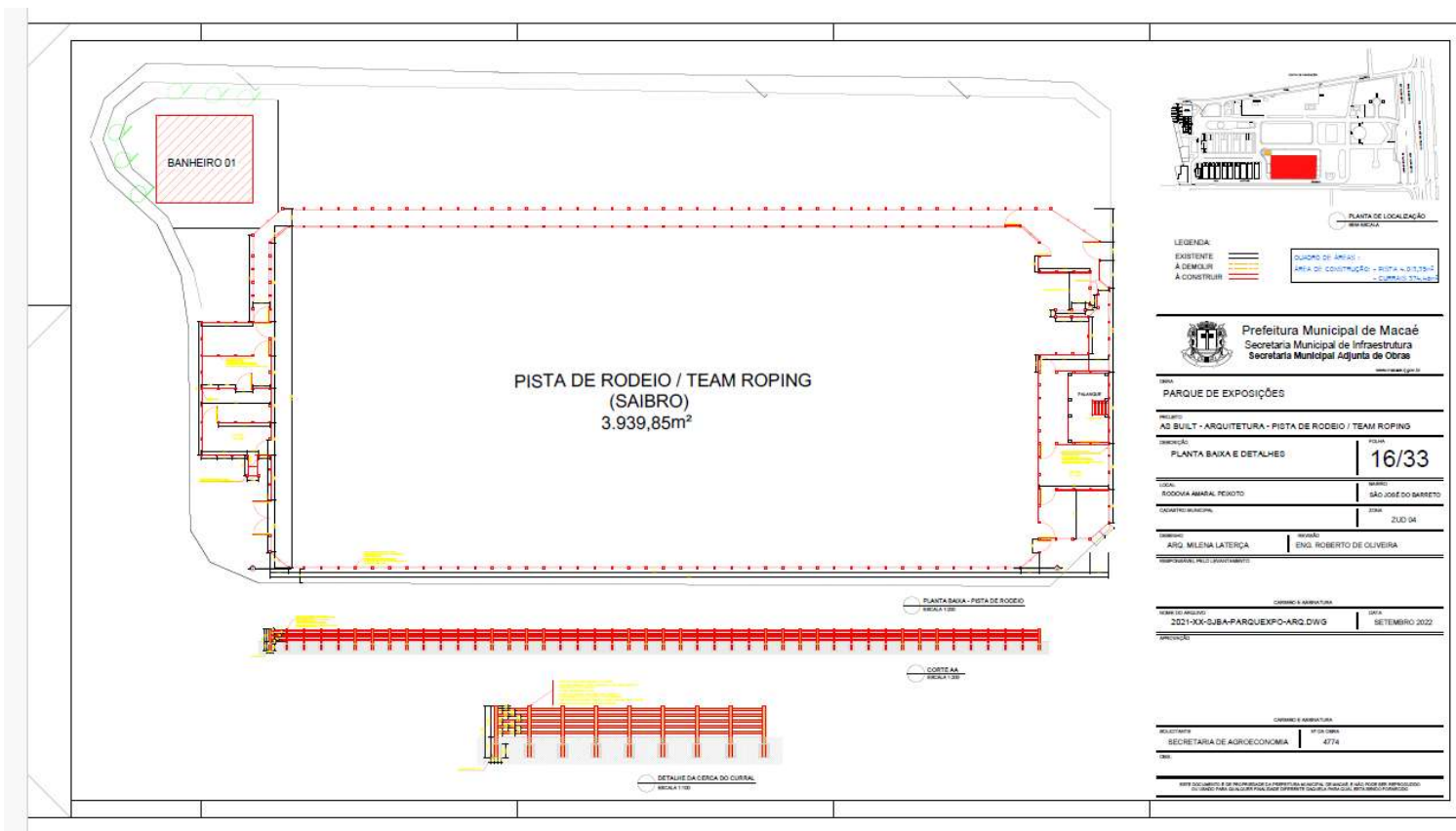
18.1. Este Termo de Referência é parte integrante e complementar às cláusulas e condições previstas no edital de licitação, vinculando os agentes públicos e licitantes que participarem do certame e das contratações para todos os fins.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ANEXO I – A

PLANTA DO LOCAL DO EVENTO



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ANEXO I - B

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA-FACULTATIVA

Eu, (Representante Legal devidamente qualificado), da empresa, inscrita no CNPJ nº, portador(a) do CPF nº, declaro, em atendimento ao previsto no Termo de Referência com vistas a contratação de empresa especializada em organização e realização de competição de rodeio na categoria profissional de âmbito nacional e ou internacional, incluindo o fornecimento de estruturas e equipamentos no período de 05 (cinco) dias consecutivos para a 42ª EXPO MACAÉ, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agroeconomia.

DECLARO, para os devidos fins, que vistoriei todas as dependências dos edifícios onde serão executados os serviços, para efeito de conhecimento do objeto licitado, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

DECLARO também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto aos valores.

_____, ____ de _____ de 2026.

Representante da Secretaria Municipal de Agroeconomia

Assinatura do Técnico credenciado da Empresa

* Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ANEXO I - C

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO TÉCNICO E OPERACIONAL DAS NORMAS
APLICÁVEIS À REALIZAÇÃO DE RODEIO PROFISSIONAL**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROECONOMIA

Ref.: Pregão Eletrônico nº 022/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr.(a) _____ portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____, DECLARA, para os devidos fins legais e em atendimento às exigências do Termo de Referência e do Edital da contratação destinada à realização do rodeio da 42ª Expo Macaé 2026, que:

I – Possui pleno conhecimento técnico e operacional acerca das normas aplicáveis à realização de rodeios profissionais;

II – Possui conhecimento dos regulamentos técnicos relacionados às provas e modalidades de rodeio que serão executadas durante o evento;

III – Possui conhecimento das normas de segurança destinadas à proteção dos competidores, trabalhadores, equipe técnica e público presente;

IV – Possui conhecimento das normas de proteção e bem-estar animal previstas na legislação federal, estadual e municipal vigente, comprometendo-se a observar integralmente as disposições relacionadas à integridade física e sanitária dos animais envolvidos nas provas;

V – Possui conhecimento das obrigações e exigências previstas nas Leis Federais nº 10.220/2001 e nº 10.519/2002, bem como das demais normas legais, técnicas e regulamentares aplicáveis à execução do objeto;

VI – Compromete-se a executar integralmente os serviços em conformidade com as normas técnicas, operacionais, de segurança e de bem-estar animal aplicáveis à realização do evento;

VII – Responsabiliza-se integralmente por eventuais danos, irregularidades, falhas operacionais ou descumprimentos normativos decorrentes da execução do objeto contratado.

Declara, ainda, estar ciente de que a prestação de informação falsa sujeitará a empresa às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da legislação vigente. Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Local e Data

Nome do Representante Legal
Assinatura

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa abaixo se propõe a executar os serviços o objeto deste edital, conforme discriminado no Termo de Referência – Anexo I, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____ - _____ Fax: (____) _____ - _____

E-mail: _____

CNPJ: _____._____._____/_____-____

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	14591	Disponibilização de touros treinados especialmente para rodeio profissional	UNIDADE	25		
2	14591	Disponibilização de cavalos treinados especialmente para rodeio profissional	UNIDADE	15		
3	14591	Contratação de peões profissionais em rodeio (cowboys)	UNIDADE	20		
4	14591	Juiz especializado em rodeio	DIÁRIA	05		
5	14591	Locutor especializado em rodeio	DIÁRIA	05		
6	14591	Comentarista especializado em rodeio	DIÁRIA	05		
7	14591	Dupla de madrinheiras	DIÁRIA	05		

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
8	14591	Grupo de palhaços salva-vidas (com 03 integrantes)	DIÁRIA	05		
9	14591	Sedenheiro	DIÁRIA	05		
10	14591	Tratador de animais	DIÁRIA	05		
11	14591	Apartador	DIÁRIA	05		
12	14591	02 (dois) Porteiros / Porteiros (para touros e cavalos);	DIÁRIA	05		
13	14591	Auxiliar de pista	DIÁRIA	05		
14	14591	Atrações de arena especializadas em rodeio compostas por equipe com, no mínimo, 03 cavalos adestrados e palhaço comediantes.	DIÁRIA	05		
15	14591	Cerimonial de abertura (para cada um dos 05 dias do evento) com a realização de show de iluminação mediante a utilização de lasers e leds, contemplando efeitos, evoluções e coreografias com temática alusiva ao evento, contando, ainda, com decoração da arena dispoendo de passarela de apresentação dos profissionais com tapete vermelho e cortina.	DIÁRIA	05		
Queima de fogos (para a abertura do segundo dia do evento) contendo o conjunto com os principais tipos de fogos de artifício: duração mínima de 10 minutos						
16	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas de 25 tubos ¾" cores diversas	UNIDADE	04		
17	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas de 25 tubos 1,5 azul	UNIDADE	02		
18	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas de 25 tubos 1,5" verde	UNIDADE	02		
19	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas de 25 tubos 1,5" dourado	UNIDADE	02		
20	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas 100 tubos 1,5" efeito 'z'	UNIDADE	01		
21	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: torta 100 tubos 1,5" efeito 'w'	UNIDADE	01		

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
22	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: torta 120 tubos 1,5" cores diversas	UNIDADE	01		
23	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: torta 600 tubos ¾" leque dourado e vermelho	UNIDADE	01		
Show piromusical (para a abertura do primeiro e terceiro dia do evento), contendo material explosivo do tipo fogos de artifício. Duração mínima de 15 minutos.						
24	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: candelas mono tiro 1,5" vaso azul	UNIDADE	200		
25	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: candelas mono tiro 1,5" vaso vermelho	UNIDADE	200		
26	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: candelas mono tiro 1,5" vaso prata	UNIDADE	200		
27	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: candelas mono tiro 1,5" trassante dourado	UNIDADE	200		
28	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas 25 tubos 1,5" colorida	UNIDADE	04		
29	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas 49 tubos 1,5" colorida	UNIDADE	04		
30	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: tortas 100 tubos 1,5" efeito zig zag	UNIDADE	04		
31	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais Descrição complementar: placas de 10 tubos 1,5" efeito leque	UNIDADE	12		
32	12610	Realização de Shows / Concursos / Artísticos / Culturais: Descrição complementar: placas de 10 tubos 1,5" efeito "z"	UNIDADE	12		

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
33	14591	Transmissão ao vivo do evento para o Brasil e o mundo através mídias sociais; projeções (em tempo real para o público presente ao evento) das filmagens em 2 telões com tecnologia led com medida, mínima, de 3x4m cada equipamento, além de sistema de gravação disponibilizando o replay de todas as montarias e demais provas realizadas no rodeio	UNIDADE	5		
34	14591	Sistema de iluminação profissional composto de mixer de 48 canais, spots de luz par, efeitos tipo cyberlights, minibritts com, no mínimo, 3.600 watts; além de máquina de fumaça e equipamento com laser e efeitos do tipo Head RGB Led Scan Strobo	UNIDADE	01		
35	14591	Canhão seguidor de 1.000 watts	UNIDADE	01		
36	14591	Técnico especializado de iluminação e som	DIÁRIA	05		
37	14591	Técnico especializado de blaster de fogos	DIÁRIA	05		
38	14591	Disc Jockey (DJ)	DIÁRIA	05		
39	14591	Médico veterinário responsável por todos os animais. O veterinário estará de plantão todos os dias do evento e deverá ser cadastrado no competente Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV. O mesmo será responsável por toda a parte burocrática envolvendo a liberação e adequação dos animais às normas aplicáveis ao rodeio e à prática de cuidados aos animais.	DIÁRIA	05		

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
40	14591	Camarote (estrutura mínima), observando-se o seguinte: Medidas de cada camarote: 2,33x3,50m montados a 1,60m de altura em relação ao último degrau da arquibancada de 11 degraus, com acesso pela parte traseira, com um hall de 10x10m montado a 1,60m em relação ao último degrau da arquibancada, coberto com tendas possuindo lonas antichamas. ; Dos Materiais da arquibancada e camarotes: Armações treliçadas, escadas, contraventamento, corrimãos e parapeitos fabricados em tubos de aço carbono com costura, formados a frio, para uso industrial (NBR 8261). Os assentos são formados por perfis metálicos, fechados com compensado naval ou cola fenólica de 15mm, aparafusadas na parte metálica. As armações são dimensionadas a suportar carga de 400 Kg/m ² , uniformemente distribuídos e 100 kg referente à carga concentrada aplicada na parte central do assento, conforme exigências da NBR6120/1980. Os corrimãos e parapeitos são dimensionados para uma carga horizontal de 80 Kg/m (NBR-6120/1980). Todo o material deverá ser galvanizado com comprovação, a fim de evitar pontos de ferrugens e enfraquecimento do mesmo. Deverá também ser apresentado teste de carga a fim de evitar acidentes e prejuízos para o evento	UNIDADE	42		

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ITEM	CÓDIGO CATSER	DESCRIÇÃO COMPLETA DO MATERIAL	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
41	14591	Arquibancada (estrutura mínima) contendo: 60 metros lineares de arquibancadas com 19 degraus de altura, sendo um degrau duplo para passarela e 18 degraus para acomodação de pessoas com largura de 0,60cm, passarela frontal a 3,30m de altura em relação ao solo, guarda-corpo frontal tipo grade medindo 1,10m, guarda-corpo traseiro tipo grade medindo 1,80m, largura do espaçamento dos guarda-corpos de 15cm, túneis de acesso por baixo da arquibancada; e mais 11 degraus de altura, sendo um degrau duplo para passarela e 10 degraus para acomodação de pessoas com largura de 0,60cm, passarela frontal a 0,70m de altura em relação ao solo, guarda-corpo frontal tipo grade medindo 1,10m, guarda-corpo traseiro tipo grade medindo 1,80m, largura do espaçamento dos guarda-corpos de 15cm, túneis de acesso por baixo da arquibancada, com laudo e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo CREA competente, devidamente aprovada.	METRO LINEAR	60		
42	14591	Arena completa: estilo americana, medindo, no mínimo, 35x50m, contendo grades para fechamento, currais de apartação, devidamente embarcado e montado de acordo com os padrões impostos pela Confederação Nacional de Rodeio – CNAR, garantido a devida segurança aos profissionais e ao público em geral.	UNIDADE	01		
43	14591	Conjunto de alambrados contendo bretes do tipo americano e pista de 1.200 m² com painéis de 230x185cm	UNIDADE	01		
44	14591	Serviço de 30 Seguranças desarmada 4 horas por dia	DIÁRIA	05		

1. PREÇO TOTAL OFERTADO:

1.1. O preço total ofertado é R\$ _____ (_____).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

1.2. O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital do Pregão Eletrônico n.º 022/2026.

1.3. Declaro, ainda, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega, nos termos do artigo 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

2.1. O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega ao pregoeiro.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.1.

3.2. Esta proposta está de acordo com todas as demais condições exigidas no Termo de Referência e seus anexos.

4. DADOS BANCÁRIOS:

BANCO:

CONTA CORRENTE:

AGÊNCIA:

Local e data

Nome da empresa licitante

Responsável legal

assinar e carimbar

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

ANEXO III

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº _____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI-001741/2026

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE MACAÉ E A EMPRESA**
_____, NA
FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, que entre si celebram, o **MUNICÍPIO DE MACAÉ**, inscrito no CNPJ sob o nº _____, estabelecida à _____, na cidade de Macaé - RJ, neste ato representado por seu Secretário(a), devidamente nomeado pela Portaria Nº _____/_____,
(nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado à _____, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à Rua _____, neste ato representado pelo seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, e CPF nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, conforme autorizado no Processo Administrativo SEI-001741/2026, na forma da Nota de Empenho constante dos autos, regendo-se às normas constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Municipal nº 4.960/2022, do Decreto Municipal nº 026/2023 e da legislação correlata, bem como de acordo com as cláusulas contratuais abaixo descritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E DA FINALIDADE

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em organização e realização de competição de rodeio na categoria profissional de âmbito nacional e ou internacional, incluindo o fornecimento de estruturas e equipamentos no período de 05 (cinco) dias consecutivos para a 42ª EXPO MACAÉ, conforme especificado no Termo de Referência anexo ao edital e que faz parte integrante e complementar do processo administrativo em epígrafe.

1.2. A finalidade da contratação é organização e realização de competição de rodeio na categoria profissional de âmbito nacional e ou internacional, incluindo o fornecimento de estruturas e equipamentos, conforme especificado no termo de referência anexo ao edital e que faz parte integrante e complementar do processo administrativo em epígrafe.

1.3. A lavratura do presente contrato foi autorizada pelo Ordenador de Despesas, conforme decisão constante à fl. do processo administrativo em epígrafe.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento à CONTRATADA pela prestação de serviços efetivamente executada, do valor de R\$ _____ (_____), e nele deverão estar incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto, livre de quaisquer ônus para o MUNICÍPIO.

2.2. Os preços unitários e totais estão discriminados na proposta da Contratada, bem como na Nota de Empenho correspondente.

2.3. A Contratada declara que os preços propostos para prestação de serviço em questão levaram em conta todos os custos, insumos, despesas de frete, embalagens, impostos, transporte e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato, não cabendo, pois, quaisquer reivindicações a título de revisão de preços ou reembolso, sejam a que título for.

2.4. Os pagamentos serão efetuados pelo MUNICÍPIO DE MACAÉ, em moeda corrente nacional, por meio de TED (Transferência Eletrônica Disponível) de acordo com os valores apurados por servidores competentes do MUNICÍPIO e prepostos habilitado da contratada, em 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos materiais/serviços.

2.5. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

2.6. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

2.7. Nas faturas deverão constar obrigatoriamente, além da data de assinatura do contrato e do período a que se refere a prestação de serviços, as seguintes informações:

2.7.1. O número do instrumento contratual;

2.7.2. O nome e código do banco;

2.7.3. Agência e número da conta corrente da contratada.

2.8. Para a autorização do pagamento, a CONTRATADA deverá enviar à Secretaria Municipal responsável pelo contrato, ou local por ela designado:

2.9. As notas fiscais deverão ser entregues com os seguintes documentos:

2.9.1. Nota fiscal/fatura mensal respectiva, referente a prestação de serviços do mês anterior, ou na forma que a legislação tributária venha a exigir;

2.9.2. Comprovação de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

2.9.3. Comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

2.10. A fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

2.11. A devolução da fatura não aprovada pelo MUNICÍPIO em hipótese alguma autorizará a CONTRATADA a suspender a prestação dos serviços ou a deixar de efetuar os pagamentos devidos aos seus empregados.

2.12. Sobre o valor total da remuneração incidem as obrigações fiscais, conforme a legislação vigente.

2.13. Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO.

2.14. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais.

2.15. O MUNICÍPIO poderá glosar ou reter o pagamento de qualquer fatura, ou da parte do pagamento vinculada a prestação dos serviços, nos seguintes casos, dentre outros definidos neste contrato:

2.15.1. Imperfeição nos serviços prestados;

2.15.2. Discordância ou necessidade de maiores esclarecimentos a respeito do serviço, por parte do MUNICÍPIO e/ou responsável pelo contrato;

2.15.3. Débito da CONTRATADA para com o MUNICÍPIO DE MACAÉ, que provenha da execução deste contrato, ainda que resulte do inadequado cumprimento de outras obrigações não integrantes da fatura referida no *caput*;

2.15.4. O não cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

2.15.5. Eventual responsabilização solidária e/ou subsidiária, originada em decorrência da execução do presente contrato.

2.16. O não pagamento da fatura, por culpa exclusiva do MUNICÍPIO DE MACAÉ, no prazo estabelecido neste contrato, configurará mora.

CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas oriundas deste CONTRATO correrão por conta dos recursos orçamentários consignados ao **MUNICÍPIO DE MACAÉ**, programa de trabalho _____, elemento de despesa _____, nota de empenho ____/____, emitida em ____/____/____, vigente para o exercício de _____.

3.2. Quando a vigência do contrato ultrapassar o exercício fiscal, se necessário for, a manutenção deste ficará vinculada à aprovação do orçamento do(s) exercício(s) posteriores, onde existirão verbas consignadas em dotação apropriada, em observância ao princípio da anualidade.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

CLÁUSULA QUARTA – INÍCIO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

4.1. Em virtude da possibilidade de atraso na distribuição do orçamento, no registro de empenhos e de outras providências de ordem administrativa, não se configurará mora do MUNICÍPIO nos 02 (dois) primeiros meses do exercício, ficando-lhe facultado o pagamento sem encargos moratórios até o terceiro mês do exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, a contar da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. O evento de rodeio em si, com todas as suas provas e atrações, será executado nos dias 25 a 29 de julho de 2026, com duração mínima de 04 (quatro) horas, deverá ainda a contratada apresentar cronograma de todas as atividades que serão realizadas em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

5.3. Os serviços relativos aos procedimentos de montagem e da estrutura física (incluindo a disponibilização de toda a infraestrutura) para a realização do rodeio deverão ser iniciadas a partir da assinatura do contrato.

5.4. Toda a infraestrutura deverá estar montada, disponível e aprovada pelos órgãos competentes, impreterivelmente, até às 15h do dia imediatamente anterior ao início do evento; e sua completa desmontagem e retirada do local deverá ocorrer até as 18h do décimo quinto dia seguinte ao final do evento, sob pena de sanção administrativa.

5.5. Os serviços, objeto deste termo, serão executados Parque de Exposições Latiff Mussi, localizado na RJ-106, S/N - São José do Barreto, Macaé - RJ, CEP: 27910-000, sendo acompanhados pelos servidores responsáveis pela fiscalização da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado (data-base 02/2026), podendo ser reajustados a partir desta data, e assim, a cada período de um ano contado do último reajuste, desde que requerido pela CONTRATADA e caso se verifique hipótese legal que autorize o reajustamento, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.2. A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

6.3. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

6.4. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

6.5. Nos termos do artigo 70 do Decreto Municipal nº 026/2023, serão objeto de preclusão:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

6.5.1. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro realizadas após a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou do termo aditivo sem que tenha havido alteração dos preços, bem como após o encerramento da vigência da ata de registro de preços ou do contrato; e

6.5.2. As solicitações de reajuste em sentido estrito e repactuação realizadas após a data de aniversário do orçamento estimado, da proposta, do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, conforme o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Prestar o serviço, obedecendo rigorosamente às especificações discriminadas no Termo de Referência e principalmente aos preceitos instituídos pela legislação de regência.

7.2. Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

7.3. Cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

7.4. Não transferir para outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato a ser firmado.

7.5. Responsabilizar-se, exclusivamente por quaisquer ônus, direito e obrigações, vinculadas à legislação tributária, trabalhista, segurança e medicina do trabalho, previdenciária ou comercial, decorrente da contratação.

7.6. Arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

7.7. Executar a contratação através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo a Administração exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar a Administração por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

7.8. Responder perante o órgão gestor da contratação por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços ora contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando à Administração o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.

7.9. Facilitar e permitir ao órgão gestor da contratação, a qualquer momento, a realização de auditoria dos serviços executados, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade, bem como esclarecer prontamente as questões relativas à execução da contratação, quando solicitada.

7.10. Não utilizar o nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

7.11. Não se pronunciar em nome do Município de Macaé ou do órgão gestor da contratação aos meios de imprensa ou clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

7.12. Comunicar ao órgão gestor da contratação, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

7.13. Comunicar ao órgão gestor da contratação, com antecedência mínima de 2 (dois) dias o pedido de afastamento temporário, bem como, quaisquer alterações cadastrais da empresa (end., tel., fax, e-mail).

7.14. Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão do serviço a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada e incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

7.15. Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

7.16. Apresentar ao órgão gestor da contratação, junto com a(s) nota(s) fiscal(is), os documentos exigidos para pagamento, sob pena de retenção total ou parcial do pagamento.

7.17. Assumir total responsabilidade pelos materiais que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens do Município de Macaé e do órgão gestor da contratação, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato o valor do prejuízo acarretado.

7.18. Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os materiais considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em descordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério do órgão gestor da contratação aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

7.19. Requerer a exclusão do Município e do órgão gestor da contratação de lide que venha a ser movida por qualquer motivo relacionado aos compromissos aqui contratados, inclusive por seus funcionários, sob pena de ressarcimento dos prejuízos advindos do processo judicial, acrescido de perdas e danos, sem prejuízo de rescisão contratual.

7.20. Obter as Licenças junto às repartições competentes, necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais e mantê-las atualizadas.

7.21. Cumprir com todas as demais obrigações constantes do Termo de Referência anexo ao edital.

7.22. O Município de Macaé e o órgão gestor da contratação não aceitarão, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

7.23. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, correspondente a 0,1% (um décimo por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, após o qual poderá a Administração optar pela rescisão unilateral.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

8.1. Fornecer todos os subsídios necessários ao desempenho da atividade da CONTRATADA, encaminhando os documentos pertinentes à adequada realização do serviço correspondente.

8.2. Promover, na forma da legislação de regência, o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do Termo de Referência. A existência de fiscalização de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da Contratada por qualquer vício ou defeito na execução do contrato.

8.3. Notificar, por escrito, à Contratada sobre eventuais irregularidades encontradas no fiel cumprimento de suas obrigações, observando os prazos para adequação.

8.4. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos materiais efetivamente entregues e faturados, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.5. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato, no prazo de 2 (dois) meses, após concluída a instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.6. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar a prestação de serviço ora contratada, na sua totalidade ou parcialmente, de acordo com a sua necessidade e conveniência.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DO OBJETO

9.1. A contratada deverá prestar garantia da execução adequada dos serviços durante o evento, obrigando-se a reparar, corrigir, substituir ou refazer, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer falhas, vícios ou incorreções decorrentes da má execução contratual, uso de materiais inadequados, descumprimento das especificações técnicas ou qualquer outro fator que comprometa a finalidade do contrato, conforme subitem 12.44 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor de Contratos e pela Comissão de Fiscalização, representantes do **MUNICÍPIO** especialmente designados para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 4.960/2022:

10.1.1. Gestor do Contrato: Maicon Viana Gomes Matrícula nº 43967, designado pela Portaria nº 002/2025.

10.1.2. Comissão de Fiscalização: Carla Simone Soares da Silva Matrícula nº 408337; Rogenilda Lemos de Azevedo Athayde Matrícula nº 408.318, designados por intermédio da Portaria nº 002/2025.

10.2. São atribuições do Gestor de Contratos:

10.2.1. Controlar os prazos de vigência dos contratos e saldos de atas de registro de preços, solicitando sua prorrogação, abertura de nova licitação ou contratação direta, quando for o caso;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

10.2.2. Informar ao Ordenador de Despesas o interesse na prorrogação de contratos sob sua responsabilidade, com vistas à obtenção da autorização para abertura do processo administrativo para tanto;

10.2.3. Verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da empresa durante toda a execução do contrato, devendo instruir os processos de prorrogação contratual e de contratação direta com os documentos pertinentes;

10.2.4. Verificar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo comunicar ao Ordenador de Despesas a ocorrência de situação que enseja a revisão de preços;

10.2.5. Verificar se estão atualizadas as informações de ocorrências relacionadas à execução contratual;

10.2.6. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

10.2.7. Verificar o controle atualizado dos pagamentos;

10.2.8. Manifestar-se em todos os atos da Administração relativos à aplicação de sanções, execução e alteração dos contratos;

10.2.9. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

10.2.10. Auxiliar o Ordenador de Despesas nas tratativas voltadas às alterações e revisões contratuais junto à contratada, quando for o caso;

10.2.11. Manifestar-se previamente à decisão do Ordenador de Despesas nos pedidos de liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando for o caso;

10.2.12. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos, termos aditivos, convênios e instrumentos congêneres no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

10.2.13. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

10.3. São atribuições da Comissão de Fiscalização:

10.3.1. Acompanhar os prazos de execução dos serviços, diligenciando com a CONTRATADA, se necessário;

10.3.2. Receber, provisória e definitivamente, os serviços, mediante termo detalhado;

10.3.3. Analisar, conferir e atestar notas fiscais, faturas e congêneres e a regularidade fiscal da CONTRATADA;

10.3.4. Devolver à CONTRATADA as notas fiscais em desconformidade com o contrato;

10.3.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

10.3.6. Oficiar à contratada determinação de medidas preventivas e corretivas, com estabelecimento de prazos, para regularização das faltas registradas e irregularidades observadas na execução do contrato, comunicando ao Gestor de Contratos o não atendimento das determinações;

10.3.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

10.3.8. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados;

10.3.9. Aprovar a planilha de medição emitida pela CONTRATADA ou conforme disposto em contrato;

10.3.10. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização de serviços;

10.3.11. Conferir e certificar as faturas relativas aos serviços;

10.3.12. Proceder às avaliações dos serviços executados pela CONTRATADA;

10.3.13. Determinar, por todos os meios disponíveis, a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

10.3.14. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

10.3.15. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à CONTRATADA, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

10.3.16. Receber designação e manter contato com o preposto da CONTRATADA, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução dos serviços;

10.3.17. Manifestar-se nos pedidos de alterações contratuais quanto à regularidade da contratação;

10.3.18. Verificar a correta aplicação dos materiais;

10.3.19. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos serviços a serem adquiridos;

10.3.20. Recomendar ao Gestor de Contratos e ao Ordenador de Despesas a aplicação de sanções à CONTRATADA;

10.3.21. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as obrigações da CONTRATADA previstas no termo de referência, no projeto básico e no contrato;

10.3.22. Exercer outras atividades compatíveis com a função.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, quando exigidas;

11.1.5. Não manter a proposta, inclusive no que tange à apresentação de amostra ou prova de conceito, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não celebrar o contrato/instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas à CONTRADA as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Macaé, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3. A aplicação de sanções observará o devido processo administrativo, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, combinada com o artigo 29 e seguintes da Lei Municipal nº 4.960/2022 e Decreto Municipal 032/2026.

11.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

11.5. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas junto à Coordenadoria Geral de Contratos, bem como no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

11.6. A aplicação das sanções não exonera o infrator de eventual ação por perdas e danos que seu ato ensejar.

11.7. O valor das multas que, porventura forem aplicadas, serão descontadas da garantia da respectiva CONTRATADA. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão gestor da contratação ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. Constituem motivo para extinção do presente contrato, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das penalidades nele previstas e na Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento de qualquer de seus termos, cláusulas ou condições, a cessação de sua necessidade ou ocorrência de qualquer situação prevista no art. 137 da Lei de Licitações.

12.2. No ato da extinção contratual, a CONTRATADA prestará contas dos produtos que lhe tenham sido solicitados.

12.3. Constatados prejuízos decorrentes da atuação irregular da CONTRATADA no momento da extinção, poderá o MUNICÍPIO efetuar a retenção de valores devidos à CONTRATADA, no limite suficiente à compensação dos mesmos.

12.4. Em qualquer hipótese de extinção contratual, a CONTRATADA somente terá direito à remuneração pelos serviços executados.

12.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de extinguir este Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12.6. A CONTRATADA reconhece os direitos do MUNICÍPIO DE MACAÉ, em caso de extinção com fundamento no art. 138, I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA

13.1. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, com cópia à Coordenadoria Geral de Contratos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, com validade para todo o período contratual mediante a opção por uma dentre as seguintes modalidades, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

13.2. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em Banco Oficial, em conta específica com correção monetária, em favor do Município de Macaé, em favor do Município de Macaé, cuja a guia de depósito deve ser solicitada através do e-mail cofic.baixareceita@macae.rj.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

13.3. No caso da opção do contratado pela modalidade seguro garantia, o prazo para a sua apresentação será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, conforme previsto no §3º do artigo 96 da Lei Federal 14.133/21.

13.3.1. o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

13.3.2. o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

13.4. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento do Município de Macaé e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas, indenizações a ele devidas pela CONTRATADA, bem como de débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como INSS, FGTS, impostos, salários, vales-transportes, vales-refeições e verbas rescisórias, prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada e prejuízos diretos causados à contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

13.5. A CONTRATADA fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada para cobertura de multas, desde que não tenha havido rescisão;

13.6. No caso de renovação da contratação, a CONTRATADA deverá renovar a garantia;

13.7. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a CONTRATADA reforçará a garantia, conforme o caso;

13.8. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias;

13.9. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela fiscalização;

13.10. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento);

13.11. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a extinção unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGURO, ETC.

14.1. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias a execução dos serviços, salvo as despesas a serem pagas pelo MUNICÍPIO, devidamente expressas neste contrato.

14.2. Se durante o prazo de vigência deste contrato, houver alteração e/ou criação das alíquotas de tributos ou encargos ou instituição de outros que incidam sobre a prestação dos serviços objeto deste instrumento, o MUNICÍPIO procederá conforme a seguir:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

14.2.1. Caso haja diferença a maior, o MUNICÍPIO somente procederá ao pagamento mediante comprovação pela CONTRATADA do ônus decorrente;

14.2.2. Na hipótese da CONTRATADA, vir a beneficiar-se de isenções junto ao Fisco, o MUNICÍPIO procederá à revisão do custo indicado na data-base;

14.2.3. Serão consideradas, para fins desta cláusula, as alterações de tributos ou encargos que comprovadamente incidam sobre os insumos que compõem o objeto deste contrato.

14.3. O MUNICÍPIO se reserva o direito de solicitar à CONTRATADA quando entender conveniente, a exibição dos comprovantes de recolhimento dos tributos e demais encargos devidos direta ou indiretamente, por conta deste instrumento.

14.4. Quando por disposição legal, o MUNICÍPIO for o responsável pelo recolhimento de tributos decorrentes deste contrato e, por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, vier a responder por acréscimos e/ou outros encargos em decorrência de erro no faturamento por não cumprimento das condições que possibilitem o correto recolhimento dos tributos devidos, aqueles valores atualizados serão descontados da fatura que originou a incorreção, ou daquela que vier a ser apresentada imediatamente após a ocorrência do evento apontado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – REGULARIDADE JUNTO AO INSS, FGTS E ICMS

15.1. A CONTRATADA, no ato da celebração deste instrumento, declara que ficam mantidas todas as condições pertinentes contidas no artigo 68, III e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo imediatamente comunicar o MUNICÍPIO qualquer alteração que possa comprometer a manutenção de seus termos, bem como mantê-las atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VINCULAÇÃO

16.1. O presente Contrato fica vinculado ao Termo de Referência, ao edital de licitação e seus anexos, bem como à proposta do licitante vencedor, constantes do processo administrativo em epígrafe, nos termos do artigo 92, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES DO CONTRATO

17.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em qualquer de suas cláusulas mediante Termo Aditivo e em conformidade com o artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. Qualquer tolerância das partes no que diz respeito ao cumprimento no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e/ou condições contratuais, será considerado como concessão excepcional, não constituindo inovação do ajustado, nem precedente invocável pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

18.1. As partes não serão responsabilizadas por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo interpartes.

18.2. O MUNICÍPIO analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior, por intermédio de comissão especialmente designada para esse fim, a quem compete apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, nos termos do artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Os agentes públicos responderão, na forma da Lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem o MUNICÍPIO no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais nestas “Disposições Gerais”.

20.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do MUNICÍPIO, cujo objetivo final é o atender tão somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

20.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

20.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão integras.

20.5. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do MUNICÍPIO.

20.6. Em caso de conflito entre os termos do presente contrato e seus anexos, prevalecerá sempre o disposto no contrato.

20.7. Caso o presente instrumento seja assinado de forma digital ou eletrônica em datas diversas, considerar-se-á a data da última assinatura para fins de vigência.

20.8. A CONTRATADA tem conhecimento do código de ética e integridade da Secretaria Executiva de Licitações, Contratos e Parcerias, constante no link <https://www.macaee.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1731562528.pdf>.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CUMPRIMENTO A LEI FEDERAL N.º 12.846/13 E DECRETO MUNICIPAL N.º 207/15

21.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD)

22.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

22.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

22.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

22.4. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

22.5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO USO DE MEIOS ADEQUADOS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

23.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 141/2024, as partes poderão utilizar meios adequados de prevenção e resolução de controvérsias para dirimir conflitos relacionados a direitos patrimoniais disponíveis do presente Contrato, quais sejam, a conciliação, a mediação, o compromisso, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

23.2. São considerados direitos patrimoniais disponíveis:

23.2.1. questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

23.2.2. indenizações;

23.2.3. inadimplemento de obrigações contratuais pelas partes;

23.2.4. penalidades contratuais e seu cálculo.

23.3. Não serão submetidas aos meios de prevenção e resolução as controvérsias relacionadas:

23.3.1. a direitos indisponíveis não transacionáveis;

23.3.2. à natureza e à titularidade públicas de serviços concedidos ou permitidos;

23.3.3. ao poder de fiscalização e de regulação;

23.3.4. à rescisão do contrato.

23.4. A utilização de meios adequados de prevenção e resolução de controvérsias deve ser preferencial à judicialização.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – FORO

24.1. Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o Foro da Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Macaé, _____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO
(Secretário Municipal)
Contratante

CONTRATADA
Empresa.....
RL xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Contratada

TESTEMUNHAS:

RG. n.º
CPF n.º

RG n.º
CPF n.º